

O VATICANO E A BÍBLIA

**Dr. Aníbal Pereira dos Reis
(ex-padre)**

Edições Cristãs

ÍNDICE

Introdução

Conceito e um dos argumentos da tradição.

 O fundamento da Teologia Católica

A Bíblia desde os primórdios

Acabemos com outro argumento falso

Enfim, o último sofisma

Tradição e Farisaísmo

Onde se fincam as raízes da patrística

A patrística, primeiro órgão da tradição romana

Falência da patrística

O magistério eclesiástico, sucedâneo da Patrística

O magistério eclesiástico, o Novíssimo Testamento

O Concílio Ecumênico Vaticano II e a Bíblia

O Testamento da antiga dispensação e as Escrituras

Jesus Cristo e as Escrituras

Os cristãos primitivos e as Escrituras

Epílogo

Documentos em anexo

.oo.

INTRODUÇÃO

Há pessoas convencidas de que o catolicismo, nestes últimos anos, decidiu voltar-se à Bíblia, aceitando-a como único depósito da Revelação Divina.

Entusiasmam-se, vendo-a exposta nas livrarias. Embevecem-se quando encontram freiras batendo de porta em porta a oferecer o precioso Livro. Maravilham-se quando o deparam na casa de algum amigo católico. Exaltam-se sobremaneira quando, através de um programa radiofônico, ouvem um sacerdote fazer uma pregação, citando versículos bíblicos.

- Ah! Hoje os padres já falam sobre a Bíblia!
- Graças a Deus! Os clérigos já estão lendo o Livro Santo!
- Que coisa boa! O clero está mandando ler a Bíblia!

E esses evangélicos supõem que daqui a pouco muitos padres estarão se convertendo e católicos, em multidões, se desvincilharão da idolatria.

Ouvi há dias de uma senhora:

- Antigamente tinha até raiva. Os padres queimavam a Bíblia e proibiam a sua leitura.

E relatou nesse ínterim o fato daquele padre a quem um crente presenteara uma Bíblia. Queimou-a e aproveitou a capa de couro para confeccionar um par de chinelos.

Depois prosseguiu:

- Hoje tudo está mudado. Eles mandam lê-la. Citam suas passagens. Falam com os crentes. Alguns assistem nossos cultos. Daqui a pouco vamos ver muita gente se convertendo. Agora tudo é fácil.

Que ilusão! Ingenuidade!!!

O entusiasmo de muitos, porém, vai mais longe.

Há evangélicos convencidos de que dentro do catolicismo já existem condições propícias para se viver nos moldes do Cristianismo autêntico.

Um pregador imbuído de ecumenismo, em seus apelos, clama:

- Somente Cristo salva! Não é a religião que salva! Aceite Cristo em seu coração e pode continuar na mesma religião. Quem se manifestar não terá nenhum compromisso com esta igreja.

E repete:

- Não é a igreja que salva! Aceite Cristo e pode continuar na religião em que tem vivido.

Depois de anotar os nomes dos decididos, encaminha ao sacerdote mais próximo a ficha dos que se declaram católicos...

Esse pregador, apesar do seu renome, desconhece inteiramente as doutrinas católicas. Sua responsabilidade nos meios evangélicos o obrigaria, se tivesse consciência, a conhecer melhor a engrenagem das artimanhas do catolicismo.

Mas ele quer desfrutar de prestígio pessoal e continua capitalizando para a sua vaidade à custa de milhares de almas que prosseguem em sua marcha para a perdição.

Que lhe importam essas almas se até dignitários eclesiásticos o aplaudem e propalam apreciarem sua comparência nos canais de televisão e ouvirem-no pelas emissoras? Não duvido que receba uma comenda pontifícia como penhor da gratidão papal.

Nem muitas das nossas livrarias se advertem de que “**o mistério da iniquidade já opera**” (2ª Tessalonicenses 2.7) e divulgam a Bíblia chamada católica. Almejam, é verdade, difundir a Palavra de Deus, mas, também, como inocentes úteis, fazem o jogo do catolicismo, que consiste, exatamente, em manter o povo escravizado aos seus embustes.

É chegada a apostasia referida por Jesus em Seu sermão escatológico (Mateus 24.24) e por Paulo aos tessalonicenses (2ª Tessalonicenses 2.3).

Nunca a Bíblia foi tão perseguida como nestes tempos!

Outrora era queimada nas labaredas da “Santa Inquisição”.

Hoje lhe fazem pior! Conspurcam-lhe a mensagem. Distorcem-lhe o sentido. Intercalam-se-lhe interpretações esdrúxulas. Atendendo um plano adrede estabelecido para confundir as almas, eivam-na de fábulas (1ª Timóteo 1.4; 2ª Timóteo 4.4), através de notas de rodapé. Títulos e subtítulos, explicações prefaciais, gravuras e índices doutrinários.

Este livro objetiva revelar a situação atual da Bíblia na teologia católica, exaltar o Livro Santo e exortar os cristãos a que batalhem “**pela fé que uma vez por todas foi entregue aos santos**” (Judas 3).

.oOo.

CONCEITO E UM DOS ARGUMENTOS DA TRADIÇÃO.

O FUNDAMENTO DA TEOLOGIA CATÓLICA

Mesmo de relance poder-se-á constatar ser a maior parte das doutrinas da dogmática católica procedente de fonte diversa da Bíblia.

Suas informações relativas aos sacramentos, à mariologia, à sucessão e colegialidade dos bispos, à infalibilidade e primado do papa, à sua organização eclesiástica, ao purgatório e sufrágio dos mortos, ao culto dos santos, de onde provêm?

Essa fonte diferente é chamada de **TRADIÇÃO**.

E o que seria do catolicismo sem os sacramentos? Sem a mariologia? Sem a sua organização eclesiástica alicerçada, aliás, na pretendida sucessão apostólica dos seus bispos?

O que seria do catolicismo sem o purgatório e o sufrágio dos mortos?

O que seria do catolicismo sem o culto dos santos?

O que seria, enfim, do catolicismo sem a TRADIÇÃO, que invalida a Palavra de Deus?

Em consequência, é impossível conhecer-se a dogmática católica sem o esclarecimento do conceito de sua TRADIÇÃO, vocábulo retirado etimologicamente do verbo latino *TRANSDO*, que quer dizer: “entrego” ou “transmitem” qualquer coisa.

Os teólogos católicos, na esteira do Concílio Tridentino, definem a TRADIÇÃO COMO O CONJUNTO DE DOUTRINAS REVELADAS REFERENTES À FÉ E À MORAL, NÃO CONSIGNADAS NAS ESCRITURAS SAGRADAS, MAS ORALMENTE TRANSMITIDAS POR DEUS À IGREJA (Sessão IV, de 8 de abril de 1546, sob o pontificado de Paulo III).

Pelo próprio fator de haver o catolicismo engendrado outra fonte de Revelação Divina que não a Bíblia, demonstra o seu menosprezo a esta. Consequentemente, se ele quisesse agora aceitá-la com todo o seu valor de único e exclusivo depósito de fé, deveria, alto e bom som, proclamar sua repulsa à Tradição, pantanal da congérie de suas aberrações.

O Concílio Vaticano II, porém, e em que pesem suas propostas ecumenistas, “seguindo as pisadas dos Concílios Tridentino e Vaticano I” (Constuição Dogmática *Dei Verbum*, promulgada na sessão IV do

Concílio Vaticano II, em 18 de novembro de 1965, sob o pontificado de Paulo VI - § 1), deliberou confirmar a atitude católica perante o alicerce de suas doutrinas.

Realmente, no § 9 dessa sua Constituição promulgada nas vésperas do seu encerramento, se lê: "... A SAGRADA TRADIÇÃO... transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a Palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos para que, sob a luz do Espírito da Verdade, eles, em sua pregação, fielmente a conservem, exponham e difundam".

Por conseguinte, a Tradição se apresenta com outro manancial de informes dentro da própria Revelação Divina. Manancial anterior, mais completo. Mais claro e mais seguro do que as Escrituras.

É sob este aspecto que o Concílio Vaticano II lembra: "Pela mesma Tradição... as próprias Sagradas Escrituras são nela cada vez melhor compreendidas e se fazem sem cessar atuantes" (Constituição Dogmática *Dei Verbum* - § 8).

Reconhecem os teólogos católicos haver, às vezes, coincidência em algum ponto doutrinário entre a Bíblia e a Tradição, no caso, chamado INESIVA, como, por exemplo, a ressurreição de Cristo.

A TRADIÇÃO EXCEDENTE OU CONSTITUTIVA, o verdadeiro arsenal da dogmática católica, abrange todas as doutrinas não encontradas na Bíblia e que se constituem em totalidade na dogmática católica.

É evidente que esta Revelação Oral posteriormente pôde conservar-se e propagar-se por escrito. Essa escrita, distinta das Sagradas Escrituras, encontra-se, por exemplo, nas obras de escritores eclesiásticos do catolicismo primitivo.

E, julgadas como um mesmo e íntegro depósito da Revelação, o Concílio Vaticano II, cumprindo o seu designio de seguir as pegadas dos Concílios de Trento e Vaticano I, exige o mesmo sentimento de reverência e piedade para a Tradição e para a Bíblia: "ambas [Escritura e Tradição] devem ser recebidas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência" (Constituição Dogmática *Dei Verbum* - § 9).

Destarte, assim como o cristão, reverentemente, se vale das Escrituras para argumentar as razões de sua fé, o católico esclarecido (coisa raríssima!) busca os motivos de suas crenças na Tradição.

Certa feita vi uma discussão entre um pastor evangélico e um católico, por sinal congregado mariano, sobre a assunção corporal de Maria. O pastor queria do seu controversista um texto bíblico onde se pudesse ao menos vislumbrar o dogma debatido. É natural que não se poderá encontrá-lo. Mas a disputa ficou sem resultado porque cada um se baseava em terreno diferente. E o mesmo ardor do evangélico pela Bíblia se repetia no mariano pela Tradição.

De maneira alguma, neste último Concílio, o catolicismo abriria mão dessa fonte de suas doutrinas a menos que concordasse em deixar de ser catolicismo.

Aliás, é fácil depreender-se o porquê do seu maior interesse pela Tradição, considerada por ele como regra de fé mais importante por ser anterior, mais ampla e mais clara do que a Bíblia.

Ela é elástica, amoldável e acomodatícia. Sacia-lhe melhor a sede de sofismar!

Se bem que recomende “igual sentimento de piedade e reverência” para a Escritura e para a Tradição, a verdade é que esta lhe merece mais atenções porque “as próprias Sagradas Escrituras são nela [Tradição] cada vez melhor compreendidas” (*Constituição Dogmática Dei Verbum* - § 8).

Destaque-se a seguinte observação: essas expressões que sobrelevam a Tradição em desprezo da Bíblia não são do Concílio de Trento, realizado no século XVI, que, como movimento de Contrarreforma, objetivou elevar ao máximo o valor da sua principal fonte doutrinária. Estas expressões são recentíssimas. São deste último Concílio Ecumênico de cujos interesses se destacam os acenos de convites aos “irmãos separados” (?!).

Em favor das Sagradas Escrituras, como depósito de fé, militam abundantíssimos argumentos. O catolicismo, porém, se vê em palpos de aranha para argumentar em defesa da sua Tradição.

Sua argumentação, no caso, é tão raquítica que causa compaixão. É mais fraca do que o café mais fraquinho.

Conta-se que foi feito um café muito fraco, mas tão fraquinho que não tinha ânimo e nem coragem para sair do bule.

Os argumentos em que o catolicismo baseia a sua Tradição são anêmicos em extremo e pasmam a qualquer pessoa de inteligência mediana.

Dentre eles, vamos considerar o seguinte:

Antes de Moisés, nada havia escrito. Deus Se revelava lentamente e Sua doutrina foi transmitida oralmente. Só muito mais tarde veio a Escritura.

Desde a origem do mundo até Moisés, a primitiva revelação de Deus, verbalmente dada aos homens, foi conservada por sucessão entre os patriarcas e não em escrituras.

Já se vê, cabilam os teólogos católicos, que o próprio Moisés, ao escrever o Gênesis, precisou abeberar-se da Tradição, esse primeiro e genuíno canal da Revelação Divina.

Foi na Tradição que o atual escritor do Pentateuco colheu informações sobre a criação do mundo *ex nihilo* e a queda do primeiro homem, sobre a propagação do gênero humano e sua geral corrupção, sobre o dilúvio,

os descendentes de Noé e a confusão das línguas, sobre a vocação de Abraão e sua empolgante biografia, sobre Isaque e as peripécias dos filhos de Jacó, sobre José e a ida dos seus irmãos para o Egito.

Para o catolicismo, na conformidade da sua argumentação e esquecido de que Moisés fora divinamente inspirado e assistido, o primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, nada mais é do que a Tradição estampada em letras de forma.

O próximo capítulo, todavia, dará cabal refutação a esse arrazoado.

.oOo.

A BÍBLIA DESDE OS PRIMÓRDIOS

Todos os acontecimentos relatados em Gênesis se deram séculos antes de serem escritos por Moisés, o escritor divinamente inspirado do Pentateuco.

A transmissão oral ou escrita de fatos históricos não se constitui em fonte de Revelação Divina!

Não negamos haver Moisés colhido informes aqui e ali, com uns e outros. Mas, a esta simples verificação de fatos históricos atribuir-se uma importância de fonte de Revelação é negar ou, pelo menos, depreciar a inspiração divina da primeira parte do Velho Testamento. O passo é muito grande. É um salto mortal de causar arrepios!

A simples leitura de Gênesis demonstra que Deus não confiou na Tradição Oral.

Abraão é o primeiro dos patriarcas e vocacionado para formar uma grande nação. **“De ti farei uma grande nação”** (Gênesis 12.2). **“Far-te-ei fecundo extraordinariamente, de ti farei nações, e reis procederão de ti”** (Gênesis 17.6). Foi ao estabelecer este concerto com o patriarca que Deus lhe mudou o nome de Abrão para Abraão, que quer dizer pai de muitas nações ou de uma multidão. **“Dar-te-ei à tua descendência a terra das tuas peregrinações, toda a terra de Canaã, em possessão perpétua, e serei o seu Deus”** (Gênesis 17.8).

Da mesma maneira como Deus Se revelara, em circunstâncias especiais diretamente a Adão e a Noé, e interferira também diretamente em certos episódios, como por ocasião da queda do homem, do dilúvio, da confusão das línguas, agora interfere diretamente e vocaciona

Abraão, estabelecendo um concerto especial, para ser o pai de um povo peculiar e santo, de cujo seio sairia o Redentor.

Isaque é o segundo personagem da estirpe da promessa e tem dois filhos: Esaú e Jacó, sendo o terceiro elo nessa corrente de formação do povo eleito.

A Jacó disse o seu pai Isaque, lembrando-se da bênção do Senhor: **“Levanta-te, vai a Padã-Arã, à casa de Betuel, pai de tua mãe, e toma lá por esposa uma das filhas de Labão, irmão de tua mãe. Deus Todo-Poderoso te abençoe, e te faça fecundo, e te multiplique para que venhas a ser uma multidão de povos; e te dê a bênção de Abraão, a ti e à tua descendência contigo, para que possuas a terra de tuas peregrinações, concedida por Deus a Abraão”** (Gênesis 28.2-4).

Acaso não seria suficiente esta tradição oral da promessa e da bênção? É uma tradição muito curta, apenas entre Abraão e Jacó, mediando somente Isaque!

O Senhor, porém, não aceita a tradição oral como fonte ou mesmo sustento de Sua Revelação e interfere diretamente. E na visão de Betel, Jacó ouve do Senhor: **“Eu sou o Senhor, Deus de Abraão, teu pai, e Deus de Isaque. A terra em que agora estás deitado, Eu te darei, a ti e à tua descendência. A tua descendência será como o pó da terra; estender-te-ás para o Ocidente e para o Oriente, para o Norte e para o Sul. Em ti e na tua descendência serão abençoadas todas as famílias da terra”** (Gênesis 28.13-14).

A mesma promessa é agora repetida diretamente pelo Senhor a Jacó e não através de Tradição alguma! Quase com as mesmas palavras fora dita ao seu ancestral mais próximo, a Abraão, logo após separar-se de Ló (Gênesis 13.14-16).

E a vida de Jacó é toda pontilhada de interferências diretas de Deus! Seu nome também é mudado no incidente de Peniel, quando lutou com o anjo até prevalecer e ser abençoado. Passou a chamar-se Israel, pois como príncipe lutara com Deus e com os homens. E prevalecera! (Gênesis 32.28).

No futuro, Israel seria o nome do povo eleito do Senhor!

Dentre os doze filhos de Israel, destaca-se José, que, em circunstâncias memoráveis, foi para o Egito (Gênesis 37.41), onde mais tarde recebeu seu velho pai e seus irmãos açodados pela fome (Gênesis 42.50).

Mesmo para esta viagem, o servo do Senhor esperou a Sua manifestação direta. **“Eu sou Deus, o Deus de teu pai; não temas descer para o Egito, porque lá Eu farei de ti uma grande nação”** (Gênesis 46.3).

Deus a repetir a mesma promessa!

Em 1706 antes de Cristo é que, no Egito, se fixou este povo peculiar de Deus, cumprindo-se assim a palavra do Senhor a Abraão (Gênesis 15.13).

Não se pense que era um povo grande em número. Em Gênesis 46.1-27 são relacionados os nomes dos membros desse pequenino povo composto apenas de setenta pessoas.

Setenta pessoas! Filhos, noras e netos do velho patriarca!

Nos primeiros 126 anos de sua permanência no Egito, esse povo muito prosperou e cresceu. **“Os filhos de Israel foram fecundos, e aumentaram muito, e se multiplicaram”** (Êxodo 1.7). Os setenta se multiplicaram em dois milhões!

Levantando-se, entretanto, uma nova dinastia, mudou-se a situação e esse povo vocacionado para uma incumbência especial, cativo, passou a sofrer duras peripécias durante mais de um século, quando Deus promoveu sua libertação suscitando Moisés. Fala-lhe da sarça ardente o Senhor: **“Certamente, vi a aflição do Meu povo... pois o clamor dos filhos de Israel chegou até Mim”** (Êxodo 3.7, 9).

Irá Deus permitir o retorno na conformidade de Gênesis 15.16.

Como a recordar a Sua promessa, o Senhor Se identifica: **“Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó”** (Êxodo 3.6, 15, 16). E àquele povo que é o Seu, Ele chama: **“Meu povo”** (Êxodo 3.9, 10, 11, 13, 14, 15). É a lembrança da promessa de Deus a Moisés! Não mandou Moisés consultar os anciãos sobre ela. Mencionou-a diretamente!

E o argumento da teologia católica em favor de sua Tradição?

Já está por terra!

Prossigamos em nossa consideração, gratos a Deus por Sua maravilhosa Revelação contida na Bíblia em nosso benefício.

Nessa conjuntura da História de Israel, o Senhor suscita em Moisés o grande líder para libertar o Seu povo, levando-o à Canaã Prometida, a Palestina, o centro geográfico do mundo de então, para, de lá, como centro irradiador, difundir a Sua Palavra e fazer cumprir o Seu plano salvífico.

As peripécias da jornada, os desalentos dos tímidos e as murmurações dos descontentes não puderam embargar aquela nação de contemplar, na maior de todas as epopeias da História, as manifestações palpáveis do poder de Deus.

As pragas do Egito, a libertação memorável do seu cativeiro, a passagem espetacular do Mar Vermelho, a abundância de maná, o vôo rasante das codornizes, o jorrar abundante de água no deserto de Sim, a vitória surpreendente sobre os amalequitas, tudo empolgava os filhos de Israel, quando, exatamente no instante do seu sucesso na campanha

dos amalequitas, pela primeira vez, Deus ordena a Moisés: “**ESCREVE ISTO PARA MEMÓRIA NUM LIVRO**” (Êxodo 17.14).

Por que o Senhor não confiou na Tradição Oral?

Se antes, quando se tratava de Sua promessa não confiou na Tradição Oral, mas diretamente Ele falou aos patriarcas desde Abraão, não seria agora, ao separar o Seu povo, tirando-o do Egito, que iria confiar Sua Lei e Sua Revelação à Tradição Oral!

“ESCREVE ISTO PARA MEMÓRIA NUM LIVRO”!!!

Recorde-se a dificuldade imensa que envolvia a arte de escrever antes da descoberta da imprensa por Gutenberg em meados do século XV.

Naqueles remotíssimos tempos, o instrumento apto para ensinar e legislar era a palavra oral.

Este veículo do pensamento teve sua ampla aplicação no setor da religião. Compulsando-se a História das religiões mais antigas, verifica-se que elas dependiam de um patrimônio doutrinário transmitido de geração a geração por via meramente oral. Em certos sistemas religiosos, os fiéis se negaram sempre a escrever alguns dos seus preceitos mais caros.

É de se observar, por exemplo, a fórmula frequentíssima: “Eu ouvi...” adotada na primitiva religião chinesa, da qual procedem o taoísmo e o confucionismo.

Chama a atenção para o nosso caso ainda mais a circunstância assaz agravante de estar o povo de Israel acampado no deserto, com dificuldades humanamente intransponíveis para executar a arte da escrita.

A História das religiões dos homens revela o apreço à Tradição Oral por ser esta mais fácil em amoldar-se aos seus caprichos circunstanciais.

São notáveis os inúmeros pontos de contato do catolicismo com essas religiões, inclusive o seu apego a esse veículo de transmissão doutrinária e depósito dos seus ensinos.

Em condições dignas de nota, surgiu a Escritura Santa.

Anteriormente, Deus Se revelara a pessoas individualmente. A Adão e a Eva. A Abraão. A Jacó. Falava-lhes! Interferiu em acontecimentos! Mas, quando Se revelou ao Seu povo já separado dos egípcios, à coletividade, mandou escrever!

A marcha triunfante e cheia de percalços continuou.

Acampou-se o povo ao sopé do Monte de Sinai em circunstâncias soleníssimas. **“Todo o monte Sinai fumegava, porque o Senhor descera sobre ele em fogo; a sua fumaça subiu como fumaça de uma**

fornalha, e todo o monte tremia grandemente” (Êxodo 19.18). “**Então, falou Deus...”** (Êxodo 20.1). Proferiu o Seu Decálogo. Apresentou as Suas leis, acerca dos servos, dos homicidas, da propriedade, da imoralidade, da idolatria, dos que amaldiçoam os pais ou ferem qualquer pessoa, do testemunho falso e das injustiças, do descanso e das três festas. Não se limitou Moisés a relatá-las ao seu povo (Êxodo 24.3), mas “**escreveu todas as palavras do Senhor... Erigiu um altar ao pé do monte... Tomou o livro da aliança e o leu ao povo; e eles disseram: Tudo o que falou o Senhor faremos e obedeceremos”** (Êxodo 24.4, 7).

Note-se: Moisés ouviu. Em seguida, relatou ao povo. E, depois, ESCREVEU. E, então, leu ao povo o que havia escrito no livro da aliança.

Por quê?

É porque o Senhor não queria TRAIÇÃO ORAL alguma!

A Tradição é traição contra a fidelidade!

.oOo.

ACABEMOS COM OUTRO ARGUMENTO FALSO

Este segundo arrazoado da pretendida defesa da Tradição católica é uma repetição do anterior tendo, porém, como cenário outras circunstâncias episódicas.

Tão raquítica é a sua argumentação que a teologia católica muda apenas o cenário e a roupagem, enquanto o esqueleto do sofisma continua o mesmo.

A referida teologia, contudo, é traída no seu próprio desespero à falta de argumentos.

Alega que Cristo nunca mandou escrever Seus ensinos e mandamentos e nada deixou escrito. Aos Apóstolos apenas determinou pregassem pelo mundo como testemunhas dEle e da doutrina por eles aceita e proclamada.

Em endosso desse arrazoado e no objetivo de confundir os menos avisados, invoca as seguintes perícopes:

“À medida que seguirdes, pregai que está próximo o reino dos céus” (Mateus 10.7)

PREGAI! Não mandou escrever!!!

“Jesus, aproximando-Se, falou-lhes, dizendo: Toda a autoridade Me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século” (Mateus 28.18-20).

ENSINAI! Não mandou escrever!!!

“E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (Marcos 16.15).

PREGAI! Não mandou escrever!!!

Sinto calafrios de compaixão por ver este pobre argumento tão tísico.

Coitados dos católicos! Com seus teólogos assim ignorantes e de consciência encroada!

Jesus nunca mandou escrever?

Em Apocalipse encontramos dez oportunidades em que o Senhor manda escrever: 1.11, 19; 2.1, 8, 12, 18; 3.1, 7, 14; 21.5.

“ESCREVE”! É assim com o verbo no imperativo.

Existem excelentes oculistas e óticas especializadas onde os reverendos teólogos podem resolver o seu problema de miopia. A não ser que seu germe seja má vontade. Aí a cegueira consciente é incurável.

Prossegue, todavia, o desenvolvimento da argumentação esdrúxula!

Os próprios Apóstolos *ex professo* nunca escreveram como se estivessem desincumbindo uma obrigação própria e especial, embora houvessem executado a contento a sua missão. Alguns, apenas em ocasiões esporádicas ou oportunidades ocasionais consignaram alguma coisa por escrito, mas sem a intenção de transmitir por escrito toda a Revelação e sim no propósito apenas de inculcar ou explicar alguma verdade, ou forçados pelos pedidos dos fiéis ou dos bispos (“*sed vel ad veritatem aliquam magis inculcandam aut explicandam, vel precibus fidelium aut episcoporum compulsi*” (J. M. Hervé – *De Vera Religione – De Ecclesia Christi – De Fontibus Revelationis* – 1929 – Paris – pg. 531).

É mesmo de se tirar o chapéu!

Precisa-se de muita coragem para se embarcar nesta canoa doutrinária de casco tão podre! Tamanha coragem como a disposição de se agarrar um leão à unha. Leão vivo!

Engolfados neste tremedal dogmático, não se percebem os teólogos católicos que o seu arrazoado em defesa da Tradição labora contra ela? Pois que, se precisaram os Apóstolos escrever para inculcar ou explicar a doutrina cristã, está desmerecida a Tradição Oral.

E, de fato, João dá ênfase ao seu objetivo, escrevendo: “**Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em Seu Nome**” (João 20.31).

Paulo, ao escrever aos coríntios, destaca: “**Reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo**” (1ª Coríntios 14.37). E aos filipenses: “**A mim não me desgosta e é segurança para vós outros que eu escreva as mesmas coisas**” (Filipenses 3.1).

Paulo não se aborrece de escrever as mesmas coisas... Por quê? Para SEGURANÇA dos fiéis!

Não se fiava da Tradição nem a curto prazo e nem a curta distância.

Ele havia pregado aos filipenses e, por medida de segurança doutrinária, escreveu-lhes.

Para não perder a desenvoltura no meio de tanta coincidência, o teólogo católico, com ares de muito entendido, invoca o verso 25 do capítulo 21 do evangelho segundo João: “**Há, porém, ainda muitas outras cousas que Jesus fez. Se todas elas fossem relatadas uma por uma, creio eu que nem no mundo inteiro caberiam os livros que seriam escritos**”.

Até em cartas pastorais os “amantíssimos ordinários” (este é o termo com que a legislação romanista designa o bispo diocesano) invocam este versículo.

Quando Deus me despertou para o exame consciencioso da Sua Palavra, observei neste passo escriturístico essa informação joanina.

O escritor sacro, constatei logo, se refere a coisas que Jesus fez, a fatos, a prodígios e não a doutrinas.

Fiquei, porém, mais desapontado ainda quando, confrontando, verifiquei o verso 31 do capítulo 20 do mesmo Livro Sagrado, que é o bastante, outrossim, para se acabar com a alegria dos teólogos católicos, acrobatas do sofisma. “**Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em Seu Nome**”.

Insiste maldosamente o desesperado teólogo. Reconhece de sobjeito que, destruída a Tradição Oral como fonte de Revelação, adeus fantasmagoria católica. E traz à baila os três primeiros versículos do capítulo 1º de Lucas: “**Visto que muitos houve que empreenderam uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram, conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra, igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde a sua**

origem, dar-te por escrito, excellentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem”.

Pronto! Lucas, antes de escrever, obteve informações minuciosas de tudo junto às testemunhas presenciais dos fatos sobre os quais se dispõe a escrever.

Pronto! Lucas foi, como Moisés ao escrever Gênesis, abeberar-se na Tradição!

Pronto! O evangelho segundo Lucas é simplesmente produto da Tradição, a mais antiga, a mais completa Fonte de Revelação. A própria Fonte da Bíblia!

Declaramos crer inteiramente que Lucas, ao escrever os seus dois livros (o evangelho e os Atos dos Apóstolos), está inspirado pelo Espírito Santo de Deus. E nestas condições é que ele colheu e selecionou a verdade no meio de tantos fatos e comentários divulgados oralmente e por escrito em inúmeros apócrifos. Lucas, divinamente inspirado, foi o garimpeiro que separou o ouro puríssimo!

Pululavam apócrifos! Lucas resolveu descrever ao excelente Teófilo os fatos conhecidos por ouvir da tradição oral para que ele tivesse a CERTEZA das coisas sobre as quais já estava informado. Deseja Lucas que Teófilo e todos os demais se livrassem do risco de serem ludibriados pela Tradição Oral.

“Quem conta um conto aumenta um ponto”, diz o adágio popular.

Se não fossem as Escrituras não teríamos mais hoje a Revelação Divina!

Porque o catolicismo fundamenta suas doutrinas na Tradição é que evolui a sua teologia, surgem novos dogmas e sempre muda. O católico de vinte anos passados desconhece o católico atual. Mesmo o de dois anos atrás!

No seu arrazoado, o teólogo da seita papal se lembra somente dos três primeiros versículos do capítulo 1º de Lucas. Esquece-se do quarto porque, concluindo o pensamento exarado nos versos anteriores, Lucas reconhece ser desmoralizada e inconsistente a Tradição como Fonte de Revelação. Ele escreveu para se ter certeza!

“PARA QUE TENHAS PLENA CERTEZA DAS VERDADES EM QUE FOSTE INSTRUÍDO”.

Teófilo já estava informado de tudo por ouvir dizer. A Tradição Oral, todavia, não lhe dava certeza alguma. E Lucas, divinamente inspirado, resolveu ESCREVER para lhe dar esta certeza.

Se a Tradição Oral dispõe do valor que lhe atribui o catolicismo, por que escrever?

Lucas escreveu os seus livros na língua grega. No original desta perícope, o vocábulo empregado é *ASPHALEIA*, que quer dizer “certeza, segurança, firmeza, solidez”.

“Ut cognoscas ea quae de Christo edoctus es, esse certissima, firmissima et solidissima”, comenta Cornélio em seu Comentário das Sagradas Escrituras. Teófilo, o destinatário do livro, já sabia por via oral e Lucas lhe escreveu para que o seu conhecimento fosse certíssimo, firmíssimo, solidíssimo. Não confiava na Tradição. Logicamente, a Tradição não pode ser fonte de Revelação!

Para um exame do real significado do vocábulo *ASPHALEIA* é interessante notar-se a sua posição significativa em outros textos. Usa-o Lucas outra vez em Atos 5.23, em que, depois de relatar a prisão dos Apóstolos decretada pelo sumo sacerdote e a libertação miraculosa dos mesmos, transcreve a explicação dos servidores: “**Achamos o cárcere fechado com toda a segurança** (*aspaleia*)”. Usa-o Paulo em Filipenses 3.1: “**É segurança** (*aspaleia*) **para vós outros**”. Não bastava falar. Escrevia por medida de segurança.

Na forma *asphales*, emprega-o Lucas em Atos 21.34; 22.30; 25.26 e se encontra também em Hebreus 6.19.

Na modalidade de verbo, é aplicado por Mateus quando se refere à segurança da guarda do sepulcro de Jesus. “**Ordena, pois, que o sepulcro seja guardado com segurança** (*asphalistenai*)... **Disse-lhes Pilatos: Aí tendes uma escolta; ide e guardai** (*asphalisaste*) **o sepulcro**” (Mateus 27.64-65).

O próprio Lucas, em Atos 16.24, contando a prisão de Paulo e Silas em Filipos, outra vez o aplica: “**Este** [o carcereiro], **recebendo tal ordem, levou-os para o cárcere interior e lhes prendeu** (*asphalisato*) **os pés no tronco**”.

Na forma de advérbio, no mesmo relato, Lucas, com ênfase, informa: “**E, depois de lhes darem muitos açoites, os lançaram no cárcere, ordenando ao carcereiro que os guardasse com toda a segurança** (*asphalos*)” (v. 23). Ainda Lucas, ao transcrever o sermão de Pedro no dia de Pentecostes, aplica-o: “**Esteja absolutamente certa** (*asphalos*) **toda a casa de Israel de que a este Jesus, que vós crucificastes, Deus O fez Senhor e Cristo**” (Atos 2.36).

O advérbio *asphalos* é empregado em Marcos 14.44 ao anotar a recomendação do Iscariotes: “**Aquele a quem eu beijar, é esse; prendei-o e levai-o com segurança**”. De todas as observações é evidente, é lógico, é patente ressaltar, em consequência, que Lucas escreveu o seu evangelho para firmar seguramente a Revelação de Jesus Cristo, demonstrando, outrossim, ser muito deficiente e falho o conhecimento através de ouvir dizer.

De quantos livros se compõe o Novo Testamento?

Vinte e sete!

E destes, com certeza, treze foram escritos pelo Apóstolo Paulo. E cinco pelo Apóstolo João.

Por João, o Apóstolo amado de Jesus, chamado a testificar dEle, porquanto com Ele estivera desde o princípio (João 15.27), que, no final do quarto evangelho, disse, referindo-se aos sinais de Jesus: “**Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em Seu Nome**” (20.31).

Pelo apóstolo João que, na sua Primeira Epístola destinada aos já condecorados do Evangelho, de sua lavra, dirigida às mesmas igrejas, porquanto a simples leitura de ambos os documentos demonstra ser esta Primeira Epístola um suplemento daquele, declara: “**O que era desde o princípio, o que temos ouvido, o que temos visto com os nossos próprios olhos, o que contemplamos, e as nossas mãos apalparam, com respeito ao Verbo da vida... O que temos visto e ouvido anunciamos também a vós outros, para que vós, igualmente, mantenhamos comunhão conosco. Ora, a nossa comunhão é com o Pai e com Seu Filho, Jesus Cristo. ESTAS COISAS, POIS, VOS ESCREVEMOS PARA QUE A NOSSA ALEGRIA SEJA COMPLETA**” (1^a João 1.1, 3, 4). João, testemunha ocular! Observe-se a sua insistência em destacar esta particularidade notável: o que ouviu, o que viu com os seus olhos, o que contemplou e as suas mãos tocaram... Todo este martelar contra qualquer pretensa Tradição apenas no primeiro verso do primeiro capítulo da sua Primeira Carta. E, a seguir, após um parênteses no verso 2, torna a insistir: “**O que temos visto e ouvido...**” Tudo o que ele escreveu foi presenciado e ouvido por ele! Não foi colher dados e informações com ninguém!

Dos vinte e sete livros do Novo Testamento, cinco procedem da pena divinamente inspirada do Apóstolo João.

Do Apóstolo João que leva a morder o pó da inutilidade o arrazoado balofa do catolicismo em prol de uma Tradição Oral como regra de fé mais importante do que a Bíblia, por ser-lhe anterior e sua própria fonte.

Do Apóstolo João que, ao encerrar o seu livro apocalíptico, escangalha com a presunção católica porque estampa, por escrito, esta advertência de Jesus Cristo: “**EU, A TODO AQUELE QUE OUVE AS PALAVRAS DA PROFECIA DESTE LIVRO, TESTIFICO: SE ALGUÉM LHES FIZER QUALQUER ACRÉSCIMO, DEUS LHE ACRESCENTARÁ OS FLAGELOS ESCRITOS NESTE LIVRO; E, SE ALGUÉM TIRAR QUALQUER COISA DAS PALAVRAS DO LIVRO DESTA PROFECIA, DEUS TIRARÁ A SUA PARTE DA ÁRVORE DA VIDA, DA CIDADE SANTA E DAS COISAS QUE SE ACHAM ESCRITAS NESTE LIVRO**” (Apocalipse 22.18-19).

.oOo.

ENFIM, O ÚLTIMO SOFISMA...

Se os dois argumentos expandidos pela dogmática católica em abono da sua Tradição são caquéticos, o terceiro e último é o acervo de todas as nuances da malícia. É um sofismo sintomático da mais deslavada irresponsabilidade.

Firmada no carunchado segundo argumento, alega que, por não haver Cristo e nem os Seus discípulos, escrito ou mandado escrever (?!), isso mesmo demonstra a existência de muitas doutrinas transmitidas apenas oralmente, as quais devem ser aceitas como reveladas.

Ora, vejam só! Nem de leve o catolicismo irá encontrar nas palavras de Jesus alguma coisa que lhe possa endossar a presunção. Aliás, bem ao contrário, por quanto Jesus foi severo no combate à Tradição. **“Invalidastes a palavra de Deus, por causa da vossa tradição”** (Mateus 15.6), recriminava Ele aos fariseus. E nessa única vez que o Senhor fala sobre a Tradição, vergastando-a, lembra: **“E em vão Me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens”** (Mateus 15.9).

Desesperada por não encontrar nada nos evangelhos que lhe pudesse, ao menos de longe, fornecer arremedo de argumento, no intuito de corroborar o seu raciocínio, a dogmática católica apresenta esta passagem bíblica extraída de Paulo: **“Assim, pois, irmãos, permanecei firmes e guardai as tradições que vos foram ensinadas, seja por palavra, seja por epístola nossa”** (2^a Tessalonicenses 2.15). Os Apóstolos, conclui, não nos transmitiram tudo por escrito; uma grande parte do seu ensino foi oralmente que nos chegou pela Tradição através dos séculos.

Ao objetivo católico nesta Escritura saltam à vista os embargos.

O significado do vocábulo **“tradições”** neste texto não é sinônimo da Tradição no conceito católico. Lá no original grego, o termo é *paradoseis*, que tem o significado de “doutrina” ou “ensinamentos” para o caso. *Paradoseis* é o conjunto das doutrinas ou o depósito exposto por Paulo aos fiéis. Este depósito ele não o recebeu de nenhum dos Doze e de ninguém, mas diretamente de Jesus Cristo (Gálatas 1.9, 11-12).

Paulo, portanto, depois de prevenir os tessalonicenses contra os deturpadores do Evangelho, inculca-lhes a necessidade de se manterem

firmes nas doutrinas por ele ensinadas através também das suas pregações.

Ainda mais. O próprio texto ressalta a sintonia entre a pregação e a escrita das doutrinas ensinadas pelo mesmo Apóstolo. De maneira alguma ele sugere apoio a ensinamentos alheios ou diversos das Escrituras.

É de se levar em conta, outrossim, que esta Segunda Carta aos Tessalonicenses é o segundo documento de Paulo, escrito logo após a Primeira Carta aos mesmos destinatários, datada do ano 50 ou 51. É evidente, pois, que, no afã de preveni-los da “**operação do erro**” (2ª Tessalonicenses 2.11), o Apóstolo se reporte às doutrinas que oralmente ele havia ensinado quando de sua atribulada estada em Tessalônica porque “**os judeus, porém, movidos de inveja, trazendo consigo alguns homens maus dentre a malandragem, ajuntando a turba, alvoroçaram a cidade**” (Atos 17.5).

Seu curto ministério nesta localidade, porém, permitiu-lhe disputar numa sinagoga dos judeus “**acerca das Escrituras**”, pelo que alguns deles creram e se organizaram em igreja (Atos 17.1-4; 1ª e 2ª Tessalonicenses 1.1).

Ao se referir Paulo aos seus ensinamentos por palavra não quer isto dizer que se constituíam eles em ensinamentos diferentes dos escritos em suas cartas. Tanto assim que, desejando prevenir os crentes contra as investidas de Satanás, adverte energicamente: “**Caso alguém não preste obediência à nossa palavra dada por esta epístola, notai-o; nem vos associeis com ele, para que fique envergonhado**” (2ª Tessalonicenses 3.14).

Dos seus treze documentos, as duas pequenas Cartas à Igreja em Tessalônica são os dois primeiros. Evidentemente que, ao se referir às doutrinas que por palavra havia ensinado lá, não demonstra ser a Tradição Oral uma Fonte de Revelação, como querem os teólogos católicos.

Acresce outra observação de máximo destaque. É que Paulo, como Apóstolo, era órgão oficial, divinamente inspirado, da Revelação Divina que durou até a morte de João, o Apóstolo. Por conseguinte, e não implicando isto que sua pregação oral era diversa de sua pregação nas epístolas, pelo fato de ser a pregação de Paulo instrumento da Revelação Divina aos homens, não se há de concluir que outros gozem desta mesma missão e sua palavra também seja inspirada e até quando expõem doutrinas contrárias às Escrituras.

O catolicismo aprecia sobremaneira retirar um versículo do seu contexto e encaixá-lo a muque no cenário das suas heresias. E, como sempre, desta vez também falhou o seu arrazoado.

Insiste, porém, a dogmática católica e, no apogeu de seus estertores, vai buscar outro texto escriturístico no anseio de coonestar a sua Tradição. E arroga, como defesa desta sua falida fonte de doutrinas, as recomendações de Paulo a Timóteo: “**Sei em quem tenho crido e estou certo de que Ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia. Mantém o padrão das sãs palavras que de mim ouviste com fé e com o amor que está em Cristo Jesus. Guarda o bom depósito, mediante o Espírito Santo que habita em nós**” (2ª Timóteo 1.12-14).

Nesta perícope encontramos duas vezes mencionado o vocábulo “**depósito**”. A primeira vez no versículo 12, onde significa a confiança do Apóstolo em Deus, que não falta em Suas promessas. Todos os seus trabalhos, todos os seus sofrimentos, culminados agora em sua prisão em Roma nas vésperas da sua morte, se constituíram num riquíssimo depósito entregue nas mãos do Senhor, como num maravilhoso relicário, de onde esplenderiam todos os seus galardões, como de uma fonte inexaurível. A segunda, no verso 14. Para qualquer leitor desprovido de preconceitos, esta passagem bíblica no panorama das relações de Paulo com Timóteo salienta o cuidado especialíssimo do Apóstolo em preservar o “**depósito**” (*paratheke*) isento de macular-se com as fábulas e doutrinas vãs.

O Apóstolo teve de enfrentar aguerridas lutas contra os “**falsos irmãos**” (Gálatas 2.4), os judaizantes que perturbavam os crentes com palavras e transtornavam as suas almas (Atos 15.24) porque deturpavam a pureza do Evangelho, imiscuindo-lhe doutrinas espúrias. Além, pois, de missionário entre os gentios, Paulo teve de sustentar esta batalha imensa para o que contou com a cooperação pronta e eficaz de Timóteo, do qual “**davam bom testemunho os irmãos**” (Atos 16.2).

O vocábulo grego *paratheke* empregado por Paulo é de alta significação por ser, no seu tempo, um termo técnico da linguagem jurídica entre os gregos, romanos e judeus. *Paratheke* (“**depósito**”) indicava um tesouro valioso confiado pelo seu proprietário à guarda de um amigo de irrestrita confiança, que se obrigava a guardá-lo e a restituí-lo, não lhe sendo lícito, ainda, utilizar-se dele em proveito pessoal ou na conformidade do seu bel-prazer. Severas penas, outrossim, se impunham aos que violassem as normas da absoluta fidelidade exigidas nesse caso do *paratheke* ou “**depósito**”.

Pois bem! Paulo, escrevendo ao seu caríssimo Timóteo, exhorta-o à fidelidade na guarda deste *paratheke* divino, que é a doutrina do Evangelho, não permitindo, em hipótese alguma, que fosse eivada de retoques, desvios ou fábulas.

Certa ocasião, quando foi à Macedônia, Timóteo permaneceu em Éfeso para advertir alguns “que não ensinem outra doutrina, nem se ocupem com fábulas e genealogias sem fim” (1^a Timóteo 1.3-4).

Além de preservar o “**bom depósito**” ou *paratheke*, nesta emergência, competia a Timóteo a habilidade de selecionar homens capazes e firmes na fé, aptos para ensinar.

“Aplica-te à leitura, à exortação, ao ensino... Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina... Ó Timóteo, guarda o que te foi confiado, evitando os falatórios inúteis e profanos e as contradições do saber, como falsamente lhe chamam, pois alguns, professando-o, se desviaram da fé... Guarda o bom depósito, mediante o Espírito Santo que habita em nós” (1^a Timóteo 4.13, 16, 20-21; 2^a Timóteo 1.14).

Lembra a Timóteo em sua Primeira Carta de que “**nos últimos tempos, alguns apostatarão da fé, por obedecerem a espíritos enganadores e a ensinos de demônios**” (4.1); suplica-lhe que rejete “**as fábulas profanas e de velhas caducas**” (4.7); recomenda-lhe que persistisse em ler (4.13) e na Segunda Carta assemelha a Janes e a Jambres, que resistiram a Moisés, os que resistem à verdade, sendo “**homens de todo corrompidos na mente, réprobos quanto à fé**” (3.8) e agora, nas vésperas de sua morte em Roma, de onde remetera esta Carta a Timóteo, concita-o: “**Tu, porém, permanece naquilo que aprendeste e de que foste inteirado, sabendo de quem o aprendeste e que, desde a infância, sabes as sagradas letras, que podem tornarte sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra**” (3.14-17).

Todas estas recomendações de Paulo visavam exatamente preservar a pureza do Evangelho, a genuinidade da doutrina, a fidelidade da guarda do “**bom depósito**”, do *paratheke*, contra a intromissão de ensinamentos espúrios por parte dos judaizantes insubordinados e impostores, bem como de outros inovadores e corruptores.

Os textos que a dogmática católica arrola em defesa de sua Tradição militam desfavoráveis à sua pretensão de corromper a limpidez do “**bom depósito**” ou *paratheke*. Incorre ela, outrossim, em anátema, consoante advertência do mesmo Apóstolo aos falsos irmãos, quando escreveu aos gálatas: “**Se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema**” (Gálatas 1.9).

Nem em nome de uma outra pretensa e utópica fonte de revelação extra-bíblica pode-se acrescentar ou retirar nada às Sagradas

Escrituras a menos que se queira incorrer no desagrado do Senhor como acontece à dogmática católica, pervertedora da Revelação Divina.

É de se pasmar que quase toda a teologia clerical esteja lastreada sobre essa base de areia movediça. É um castelo de cartas que, com um sopro, se derruba, mas vem, através dos séculos, se constituindo na arma mais eficaz do inferno para desviar as almas de Jesus Cristo, o nosso único e todo-suficiente Salvador.

.oo.

TRADIÇÃO E FARISAÍSMO

O nosso bendito Senhor em muitas circunstâncias enfrentou o ódio e as ciladas dos fariseus mancomunados com os doutores da Lei.

Ao lado dos saduceus, constituíram-se eles numa das principais tendências judaicas. É verdade que era um partido não muito antigo. Surgiu ao tempo de Antíoco, cerca de 170 a. C., quando houve tentativa de se introduzir entre os judeus a fé helênicas com os costumes idólatras dos pagãos e, em consequência, a própria destruição das Escrituras.

Esse monarca sacrílego penetrara no lugar santo e confiscara o tesouro do Templo, interditara a circuncisão, a celebração do sábado, os sacrifícios e, enfim, todas as formas do culto judaico. No cúmulo de sua ânsia helenizante, Antíoco edificara no Templo um altar consagrado a Júpiter.

Intrépida reação nacional-religiosa surgiu da parte de homens piedosos, os denominados fariseus, enfrentando mesmo personagens influentes do sacerdócio araônico, incluindo-se o sumo sacerdote Jason e Menelau, o pontífice usurpador, conluiados com os helenizantes.

Superada a fase das violências e salvaguardada a integridade das Escrituras, o Torah, cercados de admiração pelo seu heroísmo, compuseram-se os fariseus em elite religiosa da nação judaica e, lentamente, deixaram-se dominar pela própria vaidade de suas façanhas.

E o mesmo grupo que derramara sangue generoso em defesa das Escrituras, livrando o povo judeu de corromper-se com as incursões idólatras do helenismo, passou a admitir a Tradição não apenas em matérias de costume, mas também em doutrina.

Corromperam-se tanto os fariseus que sobrepuaram a Tradição às Escrituras. Não admitiam a possibilidade de se entender estas fora das dimensões daquela.

Ao contrário dos saduceus (e nisto é que mais se distinguiam) os fariseus aceitavam a Tradição Oral como intérprete da Lei e, quando necessário (?), seu complemento (Flávio Josefo – Guerra Judaica – XIII, x, 6).

Qual a verdadeira norma fundamental ou regra referencial do judaísmo? Qual o inapelável e supremo estatuto a reger a nação escolhida?

Os fariseus, em vez de aceitarem unicamente a Lei Escrita consignada por Moisés, apregoavam ser ela apenas uma parte, e nem sequer a principal, do estatuto nacional-religioso, pois, com ela, e mais ampla que ela, existia a Lei Oral, constituída pelos inumeráveis preceitos da Tradição.

A fabulosa mistura de crenças, costumes tradicionais, normas rituais e preceitos práticos de uma casuística intrincada, quase já não tinha verdadeira ligação com a Lei Escrita, a Torah. Tentavam os fariseus descobrir muitas ligações, falsificando interpretações e sobrepondo ao texto das Escrituras uma exegese arbitrária. E, ainda quando não lançavam mão deste método, recorriam ao seu princípio fundamental, de que Deus no Sinai tinha dado a Moisés a Lei Escrita, compreendendo apenas 613 preceitos e, além disso a “Lei Oral”, muito mais ampla e não menos obrigatória.

Fixe-se essa verificação para, em páginas seguintes, se ver comprovada a ligação íntima entre o catolicismo e os farisaísmo.

Em decorrência deste desapreço às Sagradas Escrituras, sobreveio a tese da salvação pelas obras da lei, que se tornou no dogma essencial do farisaísmo.

Os fariseus, intérpretes peritos da Lei de Moisés, à luz de imensa tradição, exigiam o cumprimento de muitas regras rituais e ensinavam ao povo muitas práticas dos seus antepassados, alheias à própria Lei Mosaica, prometendo a graça divina somente àqueles que lhes obedeciam.

Jesus Cristo atacou frontalmente essas aberrações dos fariseus, advertindo mesmo os Seus discípulos que se acautelassem do seu **“fermento”** (Mateus 16.6).

Afastaram-se tanto das Sagradas Escrituras, ensinando suas doutrinas tradicionais, que tornaram inócuos os seus louvores ao Senhor. E Jesus, chamando-os de hipócritas, lembra-lhes que, por

causa da Tradição, invalidaram o mandamento de Deus (Mateus 15.1-20; Marcos 7.1-23). “**E, assim invalidastes a palavra de Deus, por causa da vossa tradição. Hipócritas! Bem profetizou Isaías a vosso respeito, dizendo: Este povo honra-Me com os lábios, mas o seu coração está longe de Mim. E em vão Me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens**” (Mateus 15.6-9).

No capítulo 23 do evangelho segundo Mateus encontramos seríssimas vergastadas de Jesus contra essa “**raça de víboras**”. Na oportunidade da conspiração contra a Sua vida, por isso, eles assumiram um papel preponderante.

Consumada a redenção objetiva da Humanidade, o Evangelho da Graça começou a alastrar-se atingindo pecadores de todas as condições sociais e religiosas. Os fariseus também!

Mas estes “**da seita dos fariseus que haviam crido**” (Atos 15.5) carregaram consigo suas tendências farisaicas. Saíram do farisaísmo, mas o farisaísmo não saíra deles.

Se defendiam anteriormente o cumprimento da Lei como condição absolutamente necessária para “se merecer” o beneplácito divino, agora, entre os crentes, estabeleceram um movimento denominado de “judaizante” ou “legalista” porque, mesmo no seio do Cristianismo, pretendiam exigir que, para a salvação (Atos 15.1), fossem os gentios circuncidados e “**observassem a lei de Moisés**” (Atos 15.5) como condição *sine qua non*. Era o desvirtuamento total da “**verdade do Evangelho**” (Gálatas 2.14), que consistia em ser o homem justificado não pelas obras da Lei, mas somente pela fé em Jesus Cristo (Gálatas 2.6), em conformidade, outrossim, com a Carta de Paulo aos Efésios. “**Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie**” (2.8-9).

De propósito, mencionamos Paulo, o impertérrito lutador contra a insidiosa heresia dos fariseus-cristãos, que o consideravam apóstolo de segunda categoria por não haver feito parte do grupo dos discípulos de Jesus, enquanto viveu na terra.

Abriu-se em todos os sentidos a linha de frente nesta epopéia de Paulo para salvaguardar o Evangelho da Graça: Antioquia, Roma, Galácia, Éfeso. E, em resultado dessa luta, divinamente inspirado, o Apóstolo produziu a metade dos Livros Neo-Testamentários, o maravilhoso relicário engastado no conjunto da Revelação Divina.

.oOo.

ONDE SE FINCAM AS RAÍZES DA PATRÍSTICA

Antes de desenvolvermos este capítulo, desejamos ressaltar os três fatores que geraram o catolicismo: o pensamento grego, o direito romano e o farisaísmo.

O pensamento grego entrou em sua estrutura doutrinária como seu sistematizador e justificador dos pressupostos metafísicos dos seus dogmas. Aliás, a escolástica, que embasa a sua teologia, nada mais é do que a filosofia aristotélica caiada com a nomenclatura tomista.

O direito romano passou para o catolicismo como o sistematizador do seu organismo social ou eclesiástico, absolutamente contrário da organização eclesiástica neo-testamentária. Esse direito mantém ainda hoje e manterá sempre o ritmo da revivescência das ideias e sentimentos do Imperialismo Romano na estrutura sócio-eclesiástica do catolicismo.

Do farisaísmo recebeu o conceito da Tradição como Fonte da Revelação e a petulante tese da salvação pelas obras da Lei acrescidas como imprescindíveis ao lado da fé. Como resultado dessa tese, o catolicismo exige a presença de um sacerdócio sacrificial promotor de uma infinidade de ritos, como herança do sacerdócio araônico. Esta identidade referente a um sacerdócio sacrificial entre o catolicismo e o judaísmo é muito estreita e a teologia católica aplica aos seus sacerdotes muitas passagens da Escritura referentes ao sacerdócio levítico, como por exemplo esta: **“Todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre os homens, é constituído nas coisas concernentes a Deus, a favor dos homens, para oferecer tanto dons como sacrifícios pelos pecados”** (Hebreus 5.1).

No primeiro século do Cristianismo, em Alexandria, onde se estabelecia grande colônia de judeus, mimoseados com a versão da Bíblia em grego, chamada dos Setenta, o filósofo Filo intentava harmonizar o judaísmo com as locubrações da filosofia grega. Os “judaizantes” ou “legalistas”, isto é, os da seita judeu-cristã, que incluíam as obras da Lei no plano da salvação além da fé nos méritos remitivos de Jesus Cristo, descambaram para as especulações teológicas, ao aceitarem a ideia de Filo, aplicando-a, porém, no objetivo de um sincretismo cristão-judeu-pagão.

Situada na foz do Rio Nilo, Alexandria gozava de invejável posição geográfica para o comércio e para a difusão de idéias entre o Oriente e o Ocidente. Metrópole intelectual, possuía a maior biblioteca do mundo contemporâneo, além de muitas outras de menor porte e diversos

museus. Os Ptolomeus atraíram para ela gramáticos, filósofos, literatos e artistas de todo gênero. Alexandria, transformada em capital do reino do Egito, tornou-se no mais brilhante foco de letras, ciência, artes e alardeava o seu intelectualismo projetado através de Euclides, Hiparco, Herófilo, Apolônio de Perga, Erasistrado, Aristarco, Nicômaco e Eratóstenes.

Colocados nesse estranho ambiente e contagiados por tantos espíritos empavonados, os judeus mais teóricos se entusiasmaram pelo estudo da filosofia e das ciências helênicas. A influência estrangeira foi-lhes assaz poderosa, a tal ponto que, em pouco tempo, muitos desses israelitas imigrados não compreendiam mais a língua hebraica, motivando essa circunstância a tradução das Sagradas Escrituras para o grego. Neste clima, não obstante conservarem sua fé monoteísta, insensivelmente, foram motivados a confrontar a sua religião com a dos gregos, originando-se então a escola judaica de Alexandria.

Entre os judeus do fim do século III ao começo do I, antes de nossa era, surgiram historiadores que relatavam os episódios da História de sua nação ao sabor de Tucídides e dos poetas imitadores de Ésquio, Sófocles e outros gregos. Alexandre Polistor, talvez de origem israelita, cuja vida abrangeu as duas extremidades dos dois derradeiros séculos da era anterior à nossa, em sua obras sobre os judeus menciona quatro historiadores judeu-alexandrinos: Eupolêmio, Artapan, Demétrio e Aristeu.

Um certo Filo, homônimo do filósofo, escreveu um poema sobre Jerusalém. Ezequiel compôs tragédias bíblicas, das quais uma se intitulou “Êxodo dos Hebreus” ou “Saída do Egito”. Um samaritano chamado Teodoto celebrou em versos gregos a glória de Siquém, que ele cognominou de “cidade santa” no seu poema sobre os judeus.

A filosofia grega, porém, foi o que mais vivamente impressionou a atenção dos intelectuais judeus. Estes, iniciados nas doutrinas de Platão e Aristóteles, nela descobriram, com um profundo sentimento de surpresa, ensinamentos mui semelhantes aos dos Livros Santos. E concluíram: os filósofos gregos foram buscar nos livros de Moisés as verdades mais admiráveis dos seus escritos.

Convencidos de que os homens imersos no politeísmo e na idolatria não tinham condições próprias para descobrir o que é bom e verdadeiro, persuadidos, outrossim, que os descendentes de Jacó eram os únicos possuidores das grandes doutrinas religiosas e morais, concluíram que a filosofia grega viera da Palestina e que Platão, muito viajado, não era senão Moisés falando grego.

Esta teoria sobre a origem mosaica da filosofia grega acendeu enorme entusiasmo entre os israelitas-alexandrinos e os conduziu a se utilizarem, nas explicações das Escrituras, do método Alegórico.

Acho ridículo o adjetivo “modernista” atribuído aos balofos exegetas do século passado. E mais ridículo e pejorativo ainda o de “neo-modernista” emplacado nas teorias de Karl Barth e Cia. Ltda.

Não imaginaram eles que de modernismo ou de neo-modernismo só têm o letreiro porque as origens da sua fantasmagórica exegese se fincam na escola judaica de Alexandria.

Nessa escola, quando não era fácil concordar os ensinamentos das Escrituras com os dos filósofos gregos, no intuito de estabelecer uma harmonia desejada, sacrificavam o sentido literal dos Livros Sacros que embargava essa conciliação e forçavam uma exegese ultra-alegórica com estofo relativista. Em Aristóbulo e Filo, por exemplo, encontramos abundância fartíssima de exemplos do emprego desse processo exegético.

Aristóbulo esforçou-se por demonstrar serem os livros de Moisés, anteriores aos dos poetas e filósofos da Grécia, o veio de onde estes últimos auriram os seus mais belos e mais profundos pensamentos.

Filo, contemporâneo de Jesus e cujo valor o faz o mais célebre judeu-alexandrino, sustentou as mesmas ideias e nenhum outro como ele tentou conciliar as doutrinas platônicas com as da Escritura, mesmo acatando a sua divina inspiração. Ninguém mais do que ele usou e abusou do método alegórico, culminando nas raias do relativismo, característico dos barthianos, os atuais neo-modernistas. Formulou regras. Aplicou-as.

O seu tratado sobre “A Criação do Mundo Segundo Moisés” não é mais do que um comentário alegórico do primeiro capítulo de Gênesis, prosseguido em seus dois tratados sobre “As Alegorias da Lei”. Nestas obras, as suas interpretações são forçadas e pouco sérias.

Há hoje em dia muitos ecumenistas – por que não dizer “ecumeníacos”? – por esnobismo. Arrotam ecumenismo para “esnobar”. São uns balofos! Querem prestígio. E a moda é ecumenismo. Então... E os pernósticos intelectuais (?) ecumenistas estão cercados de fãs...

É oportuna a lembrança de que sempre o ecumenismo ou sincretismo religioso está de mãos dadas com a leviandade em se tratar a Palavra de Deus. Exegese relativista e ecumenismo acompañaram-se desde sempre.

Aconteceu a Filo enorme reputação entre os judeus e os cristãos. Jerônimo, por exemplo, (*De vir. illustr.*, 11, t. XXIII) dá-lhe um lugar entre os escritores eclesiásticos. “O sistema alegórico de Filo absorve, como um imenso reservatório todos os pequenos regatos da exegese bíblica em Alexandria, para escoar suas águas nos rios e nas caudais

de mil braços na interpretação judaica e cristã das Sagradas Escrituras” (C. Siegfried, *Philo von Alexandria als Ausleger des alten Testaments*, in 8º, Viena, 1875, pg. 27).

Filo, todavia, não foi original. Intelectuais anteriores precederam-no na aplicação do alegorismo mais de quatro séculos antes. Os filósofos gregos haviam começado a reduzir os seus episódios religiosos ou mitos a simples alegorias no intuito de fornecer uma explicação mais racional e impedir o povo de se prevalecer dos exemplos escandalosos dos deuses. Teogênio de Régio, Heráclito e Metrodoro de Lampsaca procuraram interpretações psico-alegóricas nas lendas da mitologia grega. Os estóicos Zenão, Clenato e Crisipo adotaram o mesmo processo de desmitização, apesar dos protestos de Platão e de Sócrates. Em Alexandria, a mitologia egípcia sujeitou-se às mesmas experiências.

Os próprios judeus não escaparam! O anseio de imitar este processo de interpretação atingiu os judeus helenistas, desejosos de que o mundo grego aceitasse os ensinamentos da Bíblia.

“*Nihil sub sole novum*”! Não há nada de novo debaixo do sol! Há Sociedades Bíblicas por aí que se mancomunaram com a hierarquia católica para produzirem um Novo Testamento ecumênico. Quero crer na honestidade de propósitos dos dirigentes destas Sociedades. Mas, que são ingênuos, lá isso são. E a ingenuidade neles está elevada à milésima potência!!!

Sem o intento de assemelhar as narrativas bíblicas aos mitos gregos, esforçavam-se eles por interpretá-las como alegorias científicas ou morais. Assim, Aristóbulo alegoriza, na conformidade do gosto de Ptolomeu IV, os antropomorfismos do Pentateuco e Aristeu faz remontar a Moisés os próprios princípios do Alegorismo.

Ao tempo do surgimento do Cristianismo, em Alexandria os exegetas de sua escola judaica eram todos além de alegóricos. “Interpretavam a Lei Mosaica alegoricamente, persuadidos que as suas palavras não se constituíam senão em sinais ou símbolos das verdades ocultas. Além disso, possuíam escritos de antigos sábios, fundadores da sua seita, que lhes deixaram muitos monumentos de sabedoria alegórica que adotavam como modelos... Toda a Lei lhes parecia como um ser orgânico que tinha por corpo o sentido literal, mas por alma, um sentido oculto” (Filo, “*De Vita Contemplativa*”, 3, t. II, Cf. Karppe, “*Étude sus les origines et la nature de Zohar*”, Paris, 1901, pág. 15-17).

Filo, com o seu apreço aos filósofos helênicos e o seu desejo de fazer com que fossem, quais tesouros de perfeita sabedoria, aceitos os Escritos Bíblicos, utilizou-se, em conta de recurso imprescindível, do alegorismo, transposto do domínio do helenismo o seu método de

exegese para o campo das Escrituras. Se bem que não haja sido ele o primeiro a se servir do alegorismo para explicar os Livros Sacros, é mister reconhecer-se que antes não se havia aplicado esse método de modo sistemático.

Em verdade, Filo não negligenciou o sentido literal do texto sacro. Aceitando-o como um corpo, cuja alma é o sentido alegórico, tratava-o como secundário e unicamente destinado aos incapazes de se elevarem a uma sabedoria superior.

“Assegurados de que o texto das leis simboliza realidades inteligíveis, aplicam-nas com grande cuidado a essas realidades e não fazem mais caso da letra. Reprovo o julgamento antecipado; é preciso, com efeito, cuidar de um e de outro, procurar com grande zelo as coisas invisíveis e conservar como um precioso tesouro o elemento visível... É necessário assemelhar a letra ao corpo e o sentido alegórico à alma. Da mesma maneira que se deve cuidar do corpo, por ser o habitáculo da alma, assim se deve cuidar da letra” (Filo, “*De Migratione Abrahae*”, 16, t. I, pág. 450-451).

“A letra das Escrituras Sagradas se assemelha à sombra dos corpos e o sentido misterioso nelas colhido é a verdadeira realidade” (Filo, “*De Confusione Linguae*”, 38, t. I, pág. 344).

Desejava Filo retirar o conceito antropomórfico do texto sacro. A esse respeito, alegava: “Em favor da própria interpretação, é preciso buscar-se o espírito na própria letra” (Filo, “*De Somniis*”, 16, t. I, págs. 635-636). A Letra, assim relegada a último plano, permite Filo alegorizar com toda a liberdade. Recusa mesmo entender literalmente os seis dias da Criação (“*Leg. Alleg.*”, I, 2, t. I, pg. 44), o relato da formação de Eva (ibidem, II, 7, t. I, pg. 70), o paraíso terrestre (*De mund.*, opif. 54, t. I, pg. 37), a tentação de Eva (ibidem, 56, t. I, pg. 38).

Abraão recebeu a ordem de sair do seu país, da sua parentela (Gênesis 12.1-3). Do ponto de vista de Filo, Deus indicou nesse caso, simplesmente, que Abraão precisou purificar a sua alma: desprezar o corpo, a sensibilidade e a conversa. O episódio mesmo não se deu (“*De Migratione Abrahae*”, 1, t. , I, pg 436).

Encontra-se em seu tratado “*De Congressu*” a “explicação” do texto relativo ao fato de Sara enviar Abraão à sua serva Hagar a fim de ter filhos (Gênesis 16.1-6). Nesse fato, Filo vê esse ensino: desejando o patriarca desposar, isto é, unir-se intimamente à sua filosofia, começou por manter sucessivamente relações com três de suas servas: a gramática, a geometria e a música; em seguida, Abraão encaminha os frutos à sua esposa legítima, a filosofia (“*De Congressu*”, 14, t. I, pg. 530).

Ainda o filósofo judeu-alexandrino, predecessor dos “santos padres”, afirma não se poder aceitar certas leis no sentido literal. E,

exemplificando, menciona Deuteronômio 20.5 que isenta os noivos do serviço militar. Na sua exegese esdrúxula essa lei significa simplesmente que os retardatários no progresso das virtudes não devem se expor às tentações (*"De Agricult."*, t. I., pg. 322).

Os personagens bíblicos também têm para ele apenas significação alegórica. Adão é o Homem inferior. Caim, o egoísmo. Noé, a justiça. Sara, a virtude feminina. Rebeca, a sabedoria. Isaque, a virtude produzida pela natureza. Jacó, a virtude resultante da prática e da meditação. A rola, a sabedoria divina. A pomba, a sabedoria humana. Etc!

Em uma palavra, tudo na Bíblia, homens, coisas, acontecimentos, torna-se objeto de alegoria para o filósofo, mesmo que isto não seja indicado. Estes exemplos revelam como ele tratava as passagens bíblicas.

Concordamos perfeitamente que na Bíblia há alegorias. Nestes casos, todavia, é preciso haver uma analogia natural e justificável entre o sentido literal e o alegórico, que nós chamamos de místico. Então, o sentido alegórico nas Escrituras jamais poderá sacrificar o sentido literal. E Filo fez o contrário! E, nos arroubos dos seus êxtases alucinantes, se convencera de que o próprio Deus o inspirava! (*"De Cherub."*, 9, t. I, pg. 143; *"De Migr. Abrah."*, 7, t. I, pg. 441).

É neste Filo alucinado que se encontra o predecessor da Patrística!

O seu sistema extremamente alegórico inspirou a escola filosófico-teológica de Alexandria. Poder-se-ia dizer que “ele absorveu, como um imenso reservatório, todos os riachos da exegese bíblica em Alexandria, para escoar em seguida as suas águas nos riachos e nos canais de mil braços da interpretação judaica e cristã das Sagradas Escrituras” (*“Siegfried – Philo von Alexandria”*, pg. 27).

Não é sem razão, pois, que Eusébio, o considerado emérito em letras, e Jerônimo (*“De Viribus Illustribus”*, 11, t. XXIII) dão-lhe um lugar bem saliente na multidão dos escritores eclesiásticos.

Sua influência foi decisiva na Patrística. O próprio Clemente de Alexandria admitia a criação instantânea e aceitava a alegoria na explicação do paraíso terrestre (*Strom.*, V, 11; VI, 16). Orígenes distinguiu nas Escrituras um corpo e uma alma, bem de conformidade com Filo (*Periarchon*, IV, 11), excluía o antropomorfismo e aplicava com grande audácia o sistema alegórico de interpretação bíblica. Atanásio e Cirilo seguiram as mesmas pegadas.

A idéia de Filo sobre a dependência dos filósofos gregos para o estudo de Moisés foi adotada por Justino, Taciano, Clemente de Alexandria, Teodoreto e quase todos os “santos padres” dos cinco primeiros séculos. Ambrósio, em suas obras, faz verdadeiros plágios de Filo!

Muito além de sobejas razões assistiram Atanásio Sinaítico, do século VII (*In Hexaem.*, 7, t. LXXXIX) ao reconhecer que toda a Patrística está minada da orientação nefasta de Filo.

.oOo.

A PATRÍSTICA, PRIMEIRO ÓRGÃO DA TRADIÇÃO ROMANA

Foi na escola filosófico-teológica de Alexandria, sob a inspiração do entendimento sincretista de Cristianismo, farisaísmo e paganismo que os da seita judaizante estabeleceram, firmados no princípio da salvação também pelas obras da Lei, além da fé nos méritos de Jesus Cristo, os primórdios da sua Tradição como continuadora “cristã” da tradição do Judaísmo.

Estabelecera-se doutrinariamente o catolicismo sob a legenda de gnosticismo cristão, cujo elo com os judaizantes foi Cerinto, contemporâneo e antagonista de João, o Apóstolo.

É fácil a verificação dos pontos coincidentes do catolicismo moderno com os “judaizantes” bafejados pela mentalidade Alexandrina. Estes requeriam a circuncisão para que os gentios se pudessem tornar cristãos e o catolicismo atual exige o rito do batismo como condição absolutamente necessária para que as crianças possam ser salvas. Os “judaizantes”, herdeiros dos fariseus, incluíam as obras da Lei no plano da salvação e prometiam a graça divina somente àqueles que lhes obedeciam os preceitos, enquanto o catolicismo vigente adota o mesmo dogma da salvação merecida pela prática de obras e pela obediência aos seus preceitos e doutrinas. Os primeiros não admitiam a possibilidade de se entenderem as Sagradas Escrituras a não ser sob a luz da Tradição, como, aliás, acontece com o catolicismo, que considera esta como fonte da revelação divina anterior e mais ampla do que as Escrituras, podendo estas serem entendidas e explicadas somente sob o prisma daquela.

Além dos escritos chamados apócrifos, logo nos seus três primeiros séculos, surgiram muitas outras obras literárias versando sobre o Cristianismo.

Influenciadas pela Escola de Alexandria, a totalidade delas, dentre as quais: as de Clemente e de Orígenes, pretendiam transportar para o

Cristianismo as correntes da filosofia helênica. Aliás, na Carta de Paulo aos Colossenses encontramos uma réplica à doutrina incipiente do chamado gnosticismo cristão.

Pela sua posição geográfica, foi fácil a Alexandria difundir o “gnosticismo cristão”, o que a transformou no século III em grande centro cultural sob o ponto de vista católico.

No chamado período sub-apostólico da Patrística, dois grupos se destacaram: os padres apologistas e os padres alexandrinos.

Os primeiros se caracterizaram pelo esforço de defender a fé mediante a filosofia, pondo em foco os pontos de contato entre ambas.

Dentre esses padres apologistas, salienta-se Justino, do século II. Após haver peregrinado pelas mais diversas escolas filosóficas (peripatética, estóica, pitagórica) à procura da verdade para a solução do problema da vida, abandonou o platonismo e ingressou no Cristianismo. Não foi, contudo, feliz por haver deixado influenciar-se pela tendência do gnosticismo, o que o levou a pretender, à imitação de Filo, uma unidade ou conciliação entre o paganismo e o Cristianismo, entre a filosofia grega e a Revelação.

Supôs encontrar primeiramente na sua hipótese de que os filósofos clássicos, sobretudo Platão, dependiam de Moisés e dos profetas, e, depois, na famosa doutrina dos germes do Verbo Encarnado pessoalmente em Cristo, mas disseminados mais ou menos em todos os filósofos helênicos.

Ufanando-se de ser filósofo e cristão, abriu em Roma uma Escola para o ensino da doutrina “cristã”.

É muito interessante esta observação de cunho histórico! Enquanto os fariseus-cristãos se empenhavam em judaizar o Cristianismo, os fariseus-judaicos se dispuseram a defender a permanência cultural de sua pátria. Quando Jerusalém foi tomada e o templo arruinado, os doutores judeus compreenderam de imediato que o papel político de sua nação havia terminado. Procuraram, então, consolidar a sua unidade religiosa, consagrando todos os seus esforços ao estudo de suas leis e tradições, cujo resultado foi o Talmud, composto de três partes: Mischna, Ghemara e Midrasch.

A Mischna, a mais importante, é o depósito das tradições das escolas farisaicas.

Quando, em certos dias, os doutores expunham aos seus discípulos as suas tradições, usavam dizer: “Os sábios ensinam as suas tradições”. A Mischna é, pois, em oposição à Lei escrita dos Livros Santos, a “repetição” oral da lei tradicional ensinada pelos doutores aos seus discípulos.

A Mischna é uma compilação dessas leis orais e tradições que ocupou as atividades de 150 doutores e mestres nas escolas fundadas em Seforis e Tiberíades. Sucederam-se eles nesse trabalho em quatro gerações que foram do ano 70 a 200.

Continuemos! Os padres do segundo grupo do período sub-apostólico, ou chamados alexandrinos devido a se fixarem em Alexandria do Egito, todavia, é que exerceram influência decisiva nos desvios doutrinários acontecidos nessa ala chamada de gnosticismo cristão, que fecundou toda a Patrística católica.

São eles os verdadeiros êmulos dos doutores de Seforis e Tiberíades!

Naquele celebrizado **didascaléion** alexandrino, criou-se a célebre escola catequética, uma espécie de faculdade teológica, em que foram luminares Clemente e Orígenes.

Os padres alexandrinos, mentores dessa escola cujo primeiro diretor foi Panteno e sucedido por Clemente, se caracterizaram por um Cristianismo filosófico, vivendo na tradição helenista, criadora fecunda dos valores intelectuais, teoréticos, especulativos e metafísicos, que, através de Orígenes, geraram o primeiro sistema orgânico da teologia católica, totalmente divorciada da Bíblia.

Clemente, além de suceder Panteno na direção da Escola Catequética de Alexandria, imprimiu-lhe direção decisiva a 180 graus em oposição à Revelação Divina consubstanciada na Bíblia.

Convencera-se Clemente de que, no mundo pagão, a filosofia se constituía na **pedagogia** dos gentios e, como cristão, a sua tarefa de mestre alexandrino seria ajudar a fé a se transformar em **gnose**, ciência.

Nem os estudiosos católicos atuais, apesar de sua boa vontade, não conseguem fugir à sua verificação: “Querendo harmonizar a doutrina cristã com a filosofia pagã, acentuava demasiadamente a última, negligenciando a Sagrada Escritura” (Dagoberto Romag, O F M – Compêndio de História da Igreja; Vozes; Petrópolis, 1939, vol. I, pg. 138). Orígenes, porém, foi quem exerceu influência definitiva na Patrística, o primeiro e principal órgão da Tradição católica até o Concílio Vaticano I, em 1870.

Sobre Orígenes, Tixeront, interpretando o entusiasmo dos teólogos católicos, faz uma apologia inexcedível. “Foi o primeiro grande professor; o primeiro grande pregador; o primeiro grande escritor em matéria de espiritualidade; o primeiro grande comentador; o primeiro grande dogmático, que houve na igreja. O seu valor é universal... Deixou uma obra imensa, que assombra. Nenhum outro, antes dele, escreveu tanto. A sua obra distingue-se tanto pela quantidade como

pela qualidade. Orígenes, pelo seu trabalho, é um Hércules. A Antigüidade chamou-lhe homem de aço, ou homem de diamante, **adamantios**, para marcar o seu infatigável amor ao trabalho" (Tixeront – *Histoire des Dogmes*; 11^a edição; Paris; vol. I; pg. 297).

Em sendo o maior expoente da Escola de Alexandria, continuou a exercer enorme influência mesmo após haver-se afastado dela, porquanto estabeleceu em Cesareia uma escola teológica, depois cognominada de neo-alexandrina, a qual acabou, graças ao seu fundador, por superar a de Alexandria, pelo caráter científico.

Uma das obras de Orígenes, intitulada "Sobre os Princípios", à falta de revelação formal, deduz, mediante a razão teológica de premissas reveladas, os artigos principais das doutrinas católicas. Esta obra significa, por isso, a primeira grande síntese doutrinal do catolicismo e se constitui na mestra dos seus sofismas teológicos.

Orígenes, que não soube prevenir-se contra os desvios de Platão e de Filo, caiu em graves erros. Erros que tornam discutido o seu nome e a autoridade de suas obras. A crítica concorda que os seus resvalos teológicos fizeram sofrer muito a sua orientação filosófica a respeito de Deus, da criação, da natureza do homem, etc.

Apesar da reação de Tertuliano, que sempre desconfiou da Filosofia, vendo nela a fonte de todas as heresias, a obra de Orígenes influenciou decididamente em toda a Patrística – recordemo-nos! – o principal órgão da Tradição católica. Esta, sistematizada em ciência teológica, tornara-se já no século IV uma construção intelectual imponente, indo aurir na lógica aristotélica o método para a organização da dogmática.

Imbuídos dessa mentalidade helenizante é que muitos doutrinadores da época se julgaram capazes de explicar a personalidade de Cristo fora da doutrina evangélica. O cúmulo de sua petulância aconteceu no chamado Concílio de Nicéia, em 325, onde mais de trezentos enfatuados eclesiásticos discutiram durante dois meses sobre se Cristo é da mesma substância do Pai ou se é de substância apenas semelhante. O vocábulo grego da filosofia alexandrina **homoousion** se constituiu em tema central de todos os debates, por sinal acalorados, e que, no fim, foi vitorioso na explicação filosófica da personalidade de Jesus Cristo. E note-se que Atanásio, bispo de Alexandria, colocou-se em destaque no fragor dessas disputas.

Já nesta altura da História, no século IV, cognominado o século dos santos padres, esses cristãos-judaizantes relegaram as Santas Escrituras a plano inferior e secundário. Os escritores que dela se ocupavam corrompiam mais e mais o genuíno significado de suas passagens e suas doutrinas, dando-lhes uma interpretação excessivamente alegórica.

Esse Concílio de Niceia, se trouxe grandes e decisivos benefícios para o catolicismo, foi mais pernicioso ao Cristianismo do que todas as perseguições por representar o supremo desapreço à Bíblia Sagrada.

O Concílio de Éfeso, em 431, ao invés de promover o retorno à única fonte de Revelação Divina, decidiu dilatar mais ainda a distância entre o catolicismo e a Bíblia, sentenciando que nada se deve crer a não ser aquilo em que concordassem os escritores imbuídos dessas vãs filosofias. Neste sínodo é que oficialmente teve início a mariolatria com a proclamação do dogma de Maria como Mãe de Deus.

O Concílio de Calcedônia, em 451, propôs nortear-se pelas mesmas pegadas.

O 2º Concílio de Constantinopla, em 553, admitiu que só se pregasse como matéria de fé o que esses escritores católicos ensinavam às igrejas.

Recorde-se, outrossim, que até nessa época todos esses escritores, cognominados de santos padres, recebiam influência intelectual de Alexandria.

O papado romano ainda não existia também e todos esses Concílios foram convocados, dirigidos, supervisionados e suas resoluções postas em prática pelo Imperador Romano.

Na alta Idade Média, o catolicismo descurara-se totalmente da Bíblia. Quem se dá ao trabalho de ler as obras de Tomás de Aquino, o maior luminar medievo da seita, além de constatar não ser ele mais do que um copista das obras do pagão Aristóteles, às quais acrescentou a nomenclatura de sua grei religiosa, constatará como essas especulações estultas transformaram a religião em jogo de dialética e num desprezo completo da Revelação Divina autêntica.

No final da Idade Média nem se mencionavam sequer os textos bíblicos como tribunal da mais inferior entrância. Quando muito, serviam de ilustração.

.oOo.

FALÊNCIA DA PATRÍSTICA

No decorrer dos séculos medievais, a Bíblia sofreu, por parte do catolicismo, acerbíssimas perseguições. Em 1211, por exemplo, o bispo de Metz se lamentava ao papa Inocêncio III pelo fato da existência de

círculos de leigos que, à revelia das autoridades eclesiásticas, liam as Escrituras. Em 1229, o Sínodo de Toulouse proibiu a leitura de suas traduções. Em 1234, o Sínodo de Tarragona ordenou confiscarem-se todas as traduções espanholas e lançá-las à fogueira.

Dentre milhares de interdições e casos de violências contra a Bíblia, a filosofia eclesiástica foi o maior empreendimento para se distanciar o clero e, em consequência, o povo europeu do seu exame. Referindo-se a esta obra nefasta de Tomás de Aquino, o sistematizador da escolástica, o teólogo católico Van Iersel declara: “Desenvolveu-se, assim, um sistema, por vezes autônomo, de posições teológicas que muitas vezes só a muito custo atingiram a realidade da fé, enquanto o sistema como tal perdia progressivamente o contato visível e detectável com a Escritura. Resultou daí... que se começou a pregar sistemas em vez de ser o partir da Palavra Viva da Escritura” (Igreja, Fé e Missão; Temas Conciliares; Lisboa; 1966; vol. V; pg. 16).

No fim da Idade Média, porém, influenciadas por cristãos genuínos, algumas áreas do catolicismo começaram buscar nas Escrituras esclarecimentos para a sua fé. Nesta conjuntura, invocou-se a Tradição consubstanciada na Patrística como fonte suprema da Revelação Divina.

No conceito católico, a Patrística é o conjunto dos escritores da antiga literatura católica. É o período do pensamento tido como cristão que se seguiu à época neotestamentária e que chegou até ao começo da filosofia escolástica.

Impingiu-se, então, a tese de que o consenso (*harmonia, acordo*) unânime dos “santos padres”, ou esses escritores antigos, se constituía em legítima revelação.

É evidente que os cristãos não se conformavam e nem se submetiam. Bradavam os seus protestos! O catolicismo romano, que já conseguira criar o seu hierarca supremo na pessoa do bispo de Roma, via-se em palpos de aranha para poder ajeitar o consenso ou a concordância entre os “santos padres”.

Cada dia, nos mosteiros surgiam novas obras patrísticas. E cada vez mais discordantes entre si.

Quando os cristãos, com ousadia e decisão, resolveram elevar no conceito da Europa a Bíblia como única Regra de Fé e de Prática, de acordo mesmo com essa fonte de Revelação, sentiu-se o catolicismo romano na emergência de terçar todas as suas armas no sentido de estabelecer o mencionado consenso entre os “santos padres”, imprescindível à sua sobrevivência.

Constatou-se, porém, que só numa coisa eles concordavam: É que discordavam em tudo.

Como fazer?

Forjar a necessária concordância unânime!

Com esse propósito, o papa Leão X, em 28 de abril de 1515, como produto da 10^a Sessão do 5º Concílio de Latrão, emitiu a Bula “*Inter Multiplices*”, estabelecendo os Índices Expurgatórios, cujo objetivo consistia em examinar todas as obras literárias consideradas até então no conjunto da Patrística.

No afã de se lograr a mencionada e ansiosamente almejada harmonia entre os “santos padres” em todo os pontos doutrinários católicos, decidiu-se estabelecer uma baliza entre eles, considerando-se Isidoro, bispo na Espanha e morto em 636, o último escritor eclesiástico agregado à Patrística, no Ocidente. E João Damasceno, falecido em 749, no Oriente.

Assim como os cristãos aceitam haver-se encerrado a Revelação Divina com a morte de João, o Apóstolo, os teólogos católicos se submeteram àquela demarcação na sua Patrística.

Isso, porém, não bastava. Necessitou-se de um trabalho de expurgo. Por isso, muitas obras dos seis primeiros séculos foram repudiadas.

Mesmo assim, com esse trabalho de peneira, o pretendido consenso ou harmonia unânime não foi conseguido. Apelou-se para a tesoura e para o enxerto. E trechos inteiros contrários às pretensões romanistas foram extraídos. Muitas frases e palavras foram interpoladas no intuito de se transformar o significado dos textos ao sabor das interpretações desejadas!

Enquanto esta tarefa criminosa era consumada nos bastidores da cúria romana, explodiu na Alemanha a Reforma Protestante.

Sentia o catolicismo romano ruírem-se-lhe as bases falsas. Entrincheirou-se na atitude de Contra-Reforma e convocou o Concílio de Trento, cuja finalidade foi firmar em dogmas as suas doutrinas contestadas à luz da Bíblia, impondo-as com ameaças de anátemas e excomunhões aos seus fiéis imbecilizados e narcotizados pelas suas superstições cretinizadoras. Mas onde estruturar a sua dogmática?

Não na pureza da Bíblia por ser-lhe incompatível e, por isso, proibia sua versão nas línguas vernáculas.

Valeu-se, por conseguinte, da Tradição consubstanciada na Patrística. E confirmou na 4^a Sessão do Concílio de Trento, aos 8 de abril de 1546, o trabalho de “expurgo” anteriormente estabelecido pelo mundano Leão X no 5º Concílio de Latrão.

Na esfera religiosa européia, a Idade Moderna surgiu empunhando a Bíblia. Nessa conjuntura, o catolicismo resolveu arvorar-se em seu único e legítimo intérprete. Então, nessa sua mesma 4^a Sessão, estabeleceu que, em matéria de fé e costumes, ninguém ousasse

interpretar a Sagrada Escritura em sentido contrário ao inexistente e utópico consenso unânime dos padres. “... *Descernit, ut nemo... in rebus fidei et morum... contra unanimem consensum patrum, ipsam scripturam sacram interpretari audeat*”.

É a Tradição consubstanciada em norma suprema da interpretação das Escrituras!

O teólogo católico Van Iersel, em seu artigo “O uso da Bíblia na igreja católica”, inserido no vol. V, de Temas Conciliares (pg. 17), confessa: “... Em oposição à Reforma deu-se um lugar à Tradição ao lado da Escritura, o que tornava muito relativo o valor da Bíblia”.

Vamos repetir e frisar bem a constatação de Van Iersel: “... EM OPOSIÇÃO À REFORMA DEU-SE UM LUGAR À TRADIÇÃO AO LADO DA ESCRITURA, O QUE TORNAVA MUITO RELATIVO O VALOR DA BÍBLIA”.

Tornava? Não!!! Porque a Tradição ainda vive e com muito mais intensidade depois deste último Concílio Ecumênico! E ficam por aí certos protestantes catolicizados a promover manifestações públicas no Dia da Bíblia de parceria com os embatinados!

Evidentemente que o Concílio Tridentino não podia fundamentar em nenhuma passagem bíblica o estabelecimento de uma Patrística como órgão da Tradição. E os teólogos católicos não se pejam de apresentar como defesa da tese tridentina o seguinte argumento de cabo de esquadra:

À TRADIÇÃO INFALÍVEL DA IGREJA CATÓLICA COMPETEM AS MATÉRIAS DE FÉ E COSTUMES. ORA, O CONSENSO UNÂNIME DOS SANTOS PADRES EM MATÉRIA DE FÉ E COSTUMES, DE SI MESMO, REFLETE A MENCIONADA TRADIÇÃO. PORTANTO, ESTE CONSENSO CERTO É O ARGUMENTO DA VERDADE DIVINA.

Os reverendos teólogos, na mais das aberrantes interpretações, firmam o maior do seu silogismo falso nos versículos 19 e 20 do capítulo 28 de Mateus: **“Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século”.**

A maior do argumento é antilógica! A perícope neotestamentária nem de leve lhe fornece base!

A menor demonstra os paroxismos da estupidez.

E todo o silogismo é um grosseiro sofisma!

A par deste esforço por sistematizar a Tradição no intento de conseguir harmonia, ao menos moral, entre os “santos padres” em favor

das teses católicas inteiramente opostas ou alheias às Sagradas Escrituras, generalizaram-se após a Reforma as medidas antes tomadas accidentalmente para proibir ou pelo menos limitar ao mínimo o uso da Bíblia nas línguas vulgares. É verdade que o Concílio de Trento, depois de longas discussões, não proibiu a tradução da Bíblia. Em 1559, todavia, já se encontrava a seguinte cláusula, junto à menção de várias edições da Bíblia, no ÍNDEX DOS LIVROS PROIBIDOS promulgada por Paulo V: “Não se pode ler, imprimir-se ou possuir-se sem licença do Santo Ofício as edições da Bíblia em língua vulgar”. Esta cláusula foi reproduzida de diferentes maneiras nas edições ulteriores até que, em 1664, a lista dos livros proibidos refere simplesmente: “Qualquer Bíblia traduzida em vernáculo”.

Estas informações não fomos colhê-las em nenhuma obra polêmica de lavra protestante.

Fomos buscá-las numa revista católica, ANGELICUM, uma das mais importantes, editada em Roma, que, em 1947, XXIV, nas páginas 147-158, trouxe o artigo: *“La chiesa e la versione della Scritura in língua volgare”*, de autoria do P. G. Duncker.

O catolicismo empenhava-se sobremodo por conservar o Livro Santo inteiramente fechado para o povo. Quem quisesse que estudasse latim para ler a Vulgata.

Outro documento comprobatório desta assertiva é a carta *“Magno et Acerbo”*, de 3 de setembro de 1816, em que o seu autor, o papa Pio VII ataca violentamente as traduções vernáculas da Bíblia.

E, para completar o cúmulo de tanto pavor, Leão XII, na Encíclica *“Ubi Primum”*, de 5 de maio de 1824, chama de “PESTE” as Sociedades Bíblicas por divulgarem versões indesejáveis aos embustes católicos.

O catecismo de Gand, largamente difundido pelos países de origem latina, como reflexo desse pavor, em sua forma clássica de pedagogia catequética, perguntava e respondia: “É proibido ler a Bíblia? Sim, é proibido aos simples fiéis lê-la sem autorização na sua própria língua. É a Escritura suficientemente clara e pode cada um compreendê-la? Não, é muito obscura em muitas passagens; em consequência, é muito perigoso para as pessoas sem cultura lê-la”.

Conjugaram-se todas as energias nestes dois objetivos: dificultar o acesso à Bíblia por parte do povo e organizar a Patrística para demonstrar uma harmonia interna como lastro suficiente das teses católicas.

Com sua dogmática firmada na Patrística, como órgão de sua Tradição, o catolicismo empreendeu esforços descomunais no sentido de apresentar uma coleção de todas as obras dos escritores de sua literatura antiga por ele mesmo selecionados, objetivando fundamentar os seus dogmas na pretendida concordância entre elas.

O trabalho foi gigantesco em quase todos os mosteiros da Europa em vista mesmo da contingência de se obter o sonho do consenso unânime nos moldes da bula “*Inter Multiplices*”. E somente um século após o Concílio Tridentino, o Sínodo da Contra-Reforma e da apologia da Tradição, é que surgiu a primeira grande coleção dos escritores eclesiásticos antigos, elaborada por Margarin de la Bigne, cônego de Bayeux, em 9 volumes in folio e intitulada “*Bibliotheca Sanctorum Patrum*”, contendo o texto de mais de 200 autores da Antigüidade.

Esta obra não podia satisfazer à necessidade de se comprovar com informes a Tradição todos os dogmas. Precisou, então, ser ampliada e poucos anos depois já se cognominara de “*Máxima Bibliotheca Vaterum Patrum*” por abranger 27 volumes in folio, tornando-se mais apta para estudos mais largos.

Apesar de grandiosa, não agradava ainda por não poder cumprir integralmente o seu objetivo. Além de ser incompleta, reconheceram-se outros defeitos, sobretudo o de manifestar a carência da almejada concordância.

O Concílio de Trento fora terminante: “Para reprimir a petulância a fim de que ninguém, movido pela sua própria competência nas coisas relativas à fé e ao costumes pertencentes à edificação da doutrina cristã [quer dizer, católica], torça para o seu modo de entender a Sagrada Escritura, contrariando o sentido aceito pela santa madre igreja, a quem cabe julgar o verdadeiro sentido e a verdadeira interpretação das Sagradas Escrituras ou contrariando o unânime consenso dos padres” (Sessão IV, de 8 de abril de 1546). Era preciso, pois, redobrar os esforços por se conseguir uma coleção satisfatória às exigências das teses católicas.

Ainda, para se safar desta enrascada porque, apesar dos grandes polemistas especializados em sofismas, como o cardeal Belarmino, jesuíta, a Bíblia continuava, mesmo amordaçada, a ameaçar as bases daquelas teses, fizeram-se novas tentativas e apareceram outras coleções: a do frade dominicano Combéfis, concluída em 1672; a do helenista francês João Batista Cotolier, concluída em 1686 e intitulada “*Monumenta Ecclesiae Graecae*”; a do monge beneditino francês Bernardo de Montfaucon, em 1706; e a do oratoriano André Gallandi, concluída em 1788 e superior a todas as anteriores.

Todas estas coleções, entretanto, redundaram em novos fracassos. Não puderam satisfazer a necessidade de consenso unânime na Patrística. Além disso, não foram capazes de desfazer as incertezas sobre os “santos padres” dos dois primeiros séculos.

Nos meados do século passado, de 1844 a 1860, aconteceu a derradeira arrancada para se lograr o desenrasque desse intrincado problema. Coube ao fundador do jornal católico “*Univers*”, de Paris,

Jaime Paulo Migne, publicar a coleção mais completa de todas. Intitulada “*Patrologiae Cursus Completus*”, consta de duas séries: a dos padres latinos e a dos gregos. A primeira consta de 217 volumes e a dos gregos, de 162.

Mesmo considerada a mais completa, os seus defeitos, outrossim, são reconhecidos.

Não serviu para suprir a necessidade mais premente da Contrarreforma. Mas foi útil para lotar as prateleiras das bibliotecas dos mosteiros e servir de pasto para os insetos.

Infrutíferos todos os esforços para se alcançar uma coleção completa. Recrudesceram as dificuldades dos polemistas católicos. Esta própria coleção de Migne, composta de 370 volumes in folio, se constituiu em motivo de irrisão.

.oo.

O MAGISTÉRIO ECLESIÁSTICO, SUCEDÂNEO DA PATRÍSTICA

Dificuldades intransponíveis embaraçavam os polemistas católicos no fragor da batalha anti-Reforma.

A Patrística exaltada como órgão da Tradição não lhes oferecia argumentação irrefragável no resguardo dos seus dogmas em face da simplicidade da Bíblia.

Como subtrair-se dessa dificuldade?

Era a pergunta de todos os mosteiros onde se estudavam os velhos alfarrábios e as novas produções dos escritores galardoados com os “*Imprimatur*” e os “*Nihil obstat*”. Era a interrogação dos impotentes teólogos das mais diversas escolas.

Nos desvarios dessa agonia de desespero, quando se amargavam nos bastidores romanistas os travos do desapontamento com a ineficácia da “*Patrologiae Cursus Completus*”, de Jaime Paulo Migne, cujo escopo havia sido obter o “consenso unânime” dos “santos padres”, instalou-se, em 1869, o Concílio Vaticano I, com o intento de se conseguir uma solução definitiva nos laboratórios da alquimia papal.

O pretendido medicamento surgiu com a proclamação dos dogmas do primado e da infalibilidade pontifícia, que trouxe, em sua fórmula, a terapêutica do chamado **MAGISTÉRIO ECLESIÁSTICO**, como o moderno órgão da Tradição.

Desiludidos os teólogos católicos com a malfadada Patrística, o primeiro órgão da Tradição, esperançosos, passaram a depositar confiança no **Magistério Eclesiástico**, o segundo órgão dessa fonte de revelação extra-bíblica.

Fixe-se esta constatação! Entre os Concílios de Trento e Vaticano I, relativamente à Tradição, há esta diferença notável. O **Tridentino** deu ênfase à **Patrística**, baseada num utópico consenso unânime dos “santos padres”, como **órgão da Tradição**. O **Vaticano I**, relegando-a a último plano nos quadros da dogmática, sobrelevou o **Magistério Eclesiástico** como **órgão da Tradição**.

Fracassaram as tentativas tri-seculares de se identificar a Tradição com a Patrística, norma mesmo dos concílios medievais!

No zelo de firmar o barco pontifício no mar encapelado das réplicas, o Vaticano I decidiu consubstanciar a principal fonte de revelação católica no Magistério Eclesiástico.

Sublinhe-se que a doutrina católica do Magistério Eclesiástico é uma decorrência da infalibilidade da igreja, estabilizada na pessoa do romano pontífice através do Vaticano I.

O rompante papa Pio IX, promulgador do dogma de sua própria infalibilidade, numa imitação grotesca do rei Luis XIV, dizia: “*La tradizione son io!*” (Eu sou a tradição!).

Por mais que fizesse, o catolicismo não conseguiu desatar-se dos incômodos que a Bíblia lhe punha no caminho inglório porque sempre teimou em se considerar Cristianismo.

E foi valer-se sobretudo de duas perícopes neo-testamentárias como base do dogma do primado e da infalibilidade pontifícias. Diz encontrar-se a possível pertinente promessa de Jesus em Mateus 16.18-19 e seu cumprimento em João 21.15-17. “**Eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a Minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus**” (Mateus 16.18-19). “**Depois de terem comido, perguntou Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-Me mais do que estes outros? Ele respondeu: Sim, Senhor, Tu sabes que Te amo. Ele lhe disse: Apascenta os Meus cordeiros. Tornou a perguntar-lhe pela segunda vez: Simão, filho de João, tu Me amas? Ele Lhe respondeu: Sim, Senhor, Tu sabes que Te amo. Disse-lhe Jesus: Pastoreia as Minhas ovelhas. Pela terceira vez Jesus lhe perguntou: Simão, filho de João, tu Me amas? E respondeu-Lhe: Senhor, Tu sabes todas as cousas, Tu sabes que Te amo. Jesus lhe disse: Apascenta as Minhas ovelhas**” (João 21.15-17).

Em nosso livro “**O PAPA ESCRAVIZARÁ OS CRISTÃOS?**”, que é um estudo sobre o ecumenismo proposto pelo Vaticano, no capítulo 8, refutamos esta pretensão descabida e indecorosa.

Nesses versículos pretende a dogmática católica descobrir, em decorrência mesmo do primado pontifício, a instituição da hierarquia eclesiástica baseada, outrossim, na sucessão apostólica.

A essa hierarquia eclesiástica argamassada na autoridade pontifícia atribuem-se o múnus de governar por meio de legislação própria e o múnus de ensinar por meio do Magistério Eclesiástico, transformado pelo Concílio Vaticano I em órgão primacial da Tradição, sobrepujando a Patrística, agora reputada como uma velha panóplia enferrujada de museu arqueológico.

Os escritos da antiga literatura católica foram marginalizados porque, saciados de decepções, os hierarcas católicos passaram a sobrevalorizar os documentos do seu magistério.

Sentiram também desta vez a necessidade de engendrar uma fundamentação bíblica para esta moderna criação de sua empáfia.

Sectários tendenciosos que tentam dobrar a realidade objetiva dos fatos ao apriorismo dos seus caprichos, esses hierarcas selecionaram os seguintes textos: “**O Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não O vê, nem O conhece; vós O conhecéis, porque Ele habita convosco e estará em vós**” (João 14.26); “**quando vier, porém, o Espírito da verdade, Ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por Si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as cousas que hão de vir. Ele Me glorificará, porque há de receber do que é Meu e vo-lo há de anunciar. Tudo quanto o Pai tem é Meu; por isso é que vos disse que há de receber do que é Meu e vo-lo há de anunciar**” (João 16.13-15).

Jesus, elucidam os teólogos católicos, nas últimas horas de convívio com os Apóstolos, prometeu-lhes o Espírito Santo, o Espírito da verdade, para lhes ensinar todas as coisas e lembrá-los de tudo o que Ele lhes havia dito.

O Espírito da verdade prometido por Jesus, conforme Sua promessa, guiaria os Apóstolos em toda a verdade!

Por outro lado, Jesus Cristo prometeu que o Espírito Santo permaneceria com eles para sempre: “**Eu rogarei ao Pai e Ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco**” (João 14.16).

Ainda mais. Jesus prometeu-lhes ficar Ele mesmo com eles: “**Eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século**” (Mateus 28.20).

Aliás, no instante de ascender aos céus, lembrou-lhes outra vez a promessa: “**João, na verdade, batizou com água, mas vós sereis**

batizados com o Espírito Santo, não muito depois destes dias” (Atos 1.5); “**recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis Minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra”** (Atos 1.8).

Recolheram-se os Apóstolos no cenáculo e, em oração sob os olhares maternais de Maria santíssima (comentam os piegas marianos!!!), aguardaram o cumprimento da Promessa.

No dia de Pentecostes consumou-se o prometido com a vinda do Espírito Santo em forma de línguas de fogo, que pousaram sobre a cabeça de cada um dos Apóstolos.

Pronto! Receberam o Consolador que lhes ensinaria todas as coisas, legando-lhes o ofício de transmitir estes ensinamentos aos seus sucessores. O Espírito da verdade que os guiaria em toda a verdade!

Pronto! Os Apóstolos morreram. Precisaram, pois, de sucessores para não ser inóqua a promessa de Cristo. Grande parte da Revelação Divina não foi escrita – pressupõem –, mas transmitida oralmente, como cabala, aos sucessores dos Apóstolos que perenizam o Magistério Eclesiástico. **“Ide, fazei discípulos”** (Mateus 28.19). Cabe-lhes serem assistidos pelo Espírito Santo na guarda do depósito da Verdade.

E os teólogos do Concílio Vaticano I descobriram no Magistério Eclesiástico um excepcional órgão da Tradição!!!

De então a esta parte, os manuais de teologia passaram a ser coalhados de citações de documentos oriundos dos detentores desse magistério.

Depois do Concílio Vaticano I, a dogmática católica assegura que a Tradição divina nada mais é do que a pregação perene do Magistério Eclesiástico. Partindo, ainda, desse pressuposto, acrescenta que o magistério referido é infalível. E conclui, sofismando:

1- Que a Tradição é a regra de fé, firmíssima e absolutamente obrigatória;

2- Que antes das Escrituras neo-testamentárias somente havia o magistério eclesiástico;

3- Que a genuinidade, a integridade, a veracidade, a inspiração das Escrituras só podem ser demonstradas com o auxílio da Tradição;

4- Que muitas vezes o Magistério Eclesiástico esclarece as Escrituras Sacras naquilo que elas têm de difícil e obscuro;

5- Que sem esse Magistério não se pode determinar o sentido de toda a doutrina contida nas Escrituras.

Em suma, O MAGISTÉRIO ECLESIÁSTICO SE TORNOU EM NORMA SUPREMA DA INTERPRETAÇÃO DAS ESCRITURAS.

Para completar o cúmulo das heresias, a dogmática moldada pelo Concílio Vaticano I, nos paroxismos da exaltação da hierarquia, excomunga e condena ao inferno àqueles que não crerem em seu

magistério, alegando o texto: “**quem, porém, não crer, será condenado**” (Marcos 16.16b).

Qualquer pessoa desprovida de preconceitos, à luz da Bíblia, levanta intransponíveis embargos a todos esses raciocínios fantasmagóricos.

Realmente, pelos textos indicados, Jesus prometeu o Espírito Santo aos Apóstolos, a quem cabia uma missão especialíssima. Coube-lhes a incumbência de órgãos da Revelação Divina! Coube-lhes um magistério especial e, de fato, antes de concluído o Novo Testamento, suas pregações se constituíam em viva Revelação. Nesse tempo, a Revelação era dinâmica. Tanto assim que, com a morte de João, o último deles, encerrou-se definitivamente a Revelação Divina nesta Dispensação. Tornou-se estática, sem possibilidade de evoluir.

Ao lhes prometer o Espírito da verdade, Jesus não tinha em vista instituir sucessores dos Seus Apóstolos. Nem se pode inferir isto da promessa: “**Eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século**” (Mateus 28.20), porque em Mateus 18.20, Jesus faz a mesma promessa com as seguintes palavras: “**Onde estiverem dois ou três reunidos em Meu Nome, ali estou no meio deles**”.

Em nosso livro “**O PAPA ESCRAVIZARÁ OS CRISTÃOS?**”, temos, no capítulo 5, completa refutação desta pretendida sucessão.

Reportemo-nos, outrossim, a João 14.26: “**O Consolador, o Espírito Santo, a Quem o Pai enviará em Meu Nome, Esse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que Eu vos tenho dito**”.

O mundo realmente não pode receber esse Espírito da verdade “**porque tudo que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não procede do Pai, mas procede do mundo**” (1^a João 2.16). É, outrossim, evidente que o homem desse mundo, o homem animado apenas pela vida natural, sujeito, portanto, àquelas concupiscências “**não aceita as cousas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura**” (1^a Coríntios 2.14). Se não for a interferência do Espírito Santo no coração do pecador para convencê-lo, tornam-se inúteis todos os discursos humanos (1^a Coríntios 2.6-16). Todo discípulo de Cristo precisa, pois, equipar-se deste poder provido do Espírito da verdade se quiser ser testemunha eficiente do seu Salvador. Revelação. Elevá-lo à plenitude! Aos Apóstolos disse Jesus: “**Tudo quanto ouvi de Meu Pai vos tenho dado a conhecer**” (João 15.15) e sobre eles permaneceu depositada a doutrina de Cristo, total e íntegra, como deve ser anunciada a toda criatura (Mateus 28.20; Marcos 16.15).

Foi no propósito de capacitá-los para o desempenho dessa incumbência especialíssima que Jesus lhes prometeu o Espírito Santo.

Esse Divino Paracleto os faria cumprir plenamente esta missão: ensinando-lhes todas as coisas e fazendo-os lembrar de tudo quanto Jesus lhes havia dito (João 14.26).

No exercício de sua missão, os Apóstolos ou pessoas apostólicas, como Marcos e Lucas, escreveram o Novo Testamento, que recebeu entre os cristãos a mesma autoridade reconhecida no Velho Testamento.

O Novo Testamento foi aceito como parte das Escrituras!

Os próprios Apóstolos tiveram consciência e, por isso, expressamente afirmaram haverem recebido o Espírito Santo prometido por Jesus e, então, ensinavam com divina autoridade e punham os seus escritos em pé de igualdade com os livros do Velho Testamento. **“Deus no-lo revelou pelo Espírito; porque o Espírito a todas as cousas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus... Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito, conferindo cousas espirituais com espirituais... Se alguém se considera profeta ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo”** (1^a Coríntios 2.10, 13; 14.37). **“Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, porque eu não o recebi de homem algum, mas mediante a revelação de Jesus Cristo”** (Gálatas 1.11-12). **“Estais inteirados de quantas instruções vos demos da parte do Senhor Jesus... Dessarte, quem rejeita estas cousas não rejeita o homem e sim a Deus, que também vos dá o Seu Espírito Santo”** (1^a Tessalonicenses 4.2, 8). **“Investigando, atentamente, qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo e sobre as glórias que os seguiriam. A eles foi revelado que, não para si mesmos, mas para vós outros, ministravam as cousas que, agora, vos foram anunciadas por aqueles que, pelo Espírito Santo enviado do céu, vos pregaram o evangelho, cousas essas que anjos anelam perscrutar”** (1^a Pedro 1.11-12).

Eles foram pelo Espírito Santo conduzidos à Verdade íntegra e, inspirados, consignaram nos Livros neo-testamentários a Revelação Total do Salvador, com o objetivo de a tornarem conhecida em todas as épocas pelos evangelhos e epístolas.

Esse mesmo Espírito iluminou-lhes as mentes quanto à obra de Cristo, não só imprimindo nelas os ensinamentos de Jesus, mas concedendo-lhes também o significado espiritual de Suas palavras. É surpreendentemente maravilhoso observar-se como os escritores dos evangelhos puderam recordar-se de sermões inteiros de Jesus, cada um do seu ponto de vista pessoal e possivelmente não sabendo este o que

aquele escrevera, e, no entanto, contarem a mesma história, sem conflitos e contradições.

Com a morte de João, encerrou-se a Era Apostólica e o Período Neo-Testamentário, ficando completa a Revelação Divina. Os Livros do Novo Testamento substituíram a pregação oral dos Apóstolos!

Estes jamais estabeleceram sucessores com a missão de prosseguirem como órgãos da Revelação!

Muitos teólogos católicos, dentre os quais, Franzelin, Lagrange, Tillmann e H. Dieckmann não puderam escapar desta evidência em face da promessa de Jesus Cristo.

A moderna exegese católica dos versículos atinentes à promessa do Paráclito aberra em extremo que salta aos olhos a ansiedade de resguardar seus interesses sectários.

O paroxismo da aberração atinge as raias do desplante quando explica a passagem dos Atos dos Apóstolos onde narra o cumprimento da Promessa.

A hierarquia clerical, no entusiasmo de iludir os seus fiéis, dissemina estampas da “descida do Espírito Santo”, em que, maldosamente, faz aparecer apenas os Apóstolos acompanhados de Maria, sobre os quais esplende uma língua de fogo. Quer convencer os seus fiéis, conforme doutrina, que o Espírito Santo veio exclusivamente sobre os Apóstolos e a mãe de Jesus. Na quarta dezena do mistério glorioso do rosário “contemplam” o “Espírito Santo descendo sobre os Apóstolos reunidos no cenáculo em companhia da Virgem Maria”.

Na Bíblia, chamada “A Mais Bela do Mundo”, exposta em fascículos semanais, os clérigos, seus divulgadores, estampam, maliciosamente, três gravuras dessa qualidade quando transcrevem o último capítulo do evangelho segundo João e os primeiros capítulos de Atos dos Apóstolos.

Tudo é feito e preparado para imbecilizar os seus sectários, fazendo-lhes crer na autenticidade e legitimidade do magistério eclesiástico identificado na hierarquia da sua seita.

Todo esse embuste é desfeito com a simples lembrança de que se encontravam reunidas no cenáculo cerca de 120 pessoas (Atos 1.15). E todas foram cheias do Espírito Santo (Atos 2.4). E as línguas de fogo pousaram sobre cada uma (Atos 2.3). Todo discípulo do Senhor que escapa da concupiscência do mundo, passa a aceitar as cousas do Espírito de Deus e se capacita, com Seu poder, para ser testemunha do Salvador. Por isso, a todos é prometida a plenitude desse Espírito. A todos!!!

A estampa distribuída pelos padres e a contemplação do rosário não conferem com a informação do relato bíblico. Mas honram a origem esdrúxula da exegese católica procedente de fontes degeneradas como verificamos.

.oOo.

O MAGISTÉRIO ECLESIÁSTICO, O NOVÍSSIMO TESTAMENTO

Nunca é intempestivo acentuar-se esta constatação: a Tradição no catolicismo romano como fonte de Revelação, até às vésperas do Concílio Vaticano I se identificava com a **Patrística**. A partir desse Concílio Vaticano I, essa Tradição passou a ser consubstanciada no **Magistério Eclesiástico**.

Até 1964, naquelas áreas a Tradição tinha dois órgãos: a Patrística (relegada no Vaticano I) e o Magistério Eclesiástico (estabelecido nesse Concílio).

Com o Concílio Vaticano II, recém concluído, contudo, a Revelação Católica passou a ter em seu Magistério Eclesiástico um Novíssimo Testamento.

Agora o romanismo julga-se detentor de Três Fontes de Revelação: Escritura, Tradição e Magistério Eclesiástico.

“... A Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal maneira entrelaçados e unidos que um perde sua consistência sem os outros, e que, juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas” (Constituição Dogmática “*Dei Verbum*” - § 10).

É o dogma de fé promulgado aos 18 de novembro de 1965!

Três Fontes de Revelação: Tradição, Escritura e Magistério Eclesiástico! Entrelaçadas. E unidas!

Unidas de tal forma que uma perde sua consistência sem as outras. No romanismo, pobre da Bíblia sem o Magistério Eclesiástico!

Ambas sob a ação do Espírito Santo. E agora sob essa divina ação o Magistério Eclesiástico!

Não basta a Bíblia contribuir eficazmente para a salvação das almas. Mister se faz o Magistério Eclesiástico!

Santo Deus!!!

O Concílio Ecumênico Vaticano II teve o seu ponto alto no estudo e análise do Tema: IGREJA, do que resultou a Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*”, promulgada aos 21 de novembro de 1964. Como seu acessório, publicou-se em 18 de novembro de 1965, a Constituição Dogmática “*De Verbum*”, sobre a Revelação Divina.

Dentre os seus quinze documentos, o Vaticano II chancelou somente esses dois com a qualificação de dogmáticos. As suas conclusões são dogmas! Obrigam absoluto assentimento da razão!

Ambas as Constituições Dogmáticas são intimamente correlacionadas. Correlatas. Interdependentes. Concatenam-se. Suplementam-se. Uma completa a outra.

A Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*”, “a peça central de todo o Concílio Vaticano II” (Kloppenburg – Concílio Vaticano II – Editora Vozes Ltda. – Petrópolis – Pg. 393), cujo exame e cuja votação ocuparam quase todas as assembléias conciliares de 16 de setembro a 18 de novembro de 1964, praticamente toda a Terceira Fase do Sínodo, tornando-se, como afirmou Paulo VI, no “ponto mais árduo e mais memorável deste trabalho espiritual” (Paulo VI – Discurso “*post duos menses*”, de 21 de novembro de 1964, por ocasião da assinatura do mencionado documento), se constitui em fundamento da Constituição Dogmática “*Dei Verbum*”, que trata especificamente da Revelação Divina.

O esquema dessa Constituição foi apresentado em plenário conciliar no dia 14 de novembro de 1962. Sua redação não objetiva soluções práticas para o catolicismo moderno. E após cinco Congregações Gerais de violentas discussões, o mesmo foi recolhido, em 20 de novembro, por ordem do papa João XXIII.

Levado às salas de cirurgia plástica da Comissão de Teologia, lá morreu. E só apareceu outro esquema em outubro de 1964, depois de discutidos os assuntos sobre hierarquia eclesiástica a fim de que o entrosamento fosse perfeito.

Anteriormente, os teólogos muito discutiam e aventavam muitas opiniões apropriadamente com a chamada sucessão apostólica dos bispos católicos. Dentro do próprio Concílio Ecumênico Vaticano II afluíram essas marés. Assim, por exemplo, Garcia de Sierra y Mendes, arcebispo coadjutor de Oviedo, Espanha, ao ensejo da 47ª Congregação Geral, celebrada aos 14 de outubro de 1963, declarou: “Não está ainda suficientemente provado que os bispos são sucessores dos Apóstolos...”

E, para que se atribuisse o **carisma da verdade** ao Magistério Eclesiástico, logicamente, havia mister decidir-se esse assunto básico para a hierarquia católica. Em resultado, o Concílio Vaticano II, “para perpétua memória do acontecimento”, estabeleceu em uma Constituição Dogmática a sucessão apostólica dos bispos como doutrina de fé definida.

Contribuiu grandemente em favor dos propósitos romanistas a Terceira Assembleia do Concílio Ecumênico das Igrejas realizado em Nova Deli, em dezembro de 1961, quando, movido por sua teologia neo-modernista, transcendente ou relativista, foi ao encontro da mais

extrema necessidade da hierarquia católica. É que, desta feita, em matéria de eclesiologia, essa Assembleia, dominada por católicos orientais e protestantes catolicizados, apresentou um conceito institucional de unidade cristã e pendeu para um governo eclesiástico centralizado.

Que excepcionalíssima chance para o catolicismo romano a soçobrar num tremedal doutrinário!

Na conformidade com as doutrinas de Karl Barth, o mentor máximo da teologia neo-modernista, norteadora do Concílio Ecumênico das Igrejas, a Assembleia de Nova Deli aceitou que, quando o Concílio chega a um acordo, torna-se palavra autorizada da Santa Igreja Universal, o órgão do Espírito Santo.

Exultaram os observadores do Vaticano que lá estavam e, pressurosos, levaram à Comissão de Teologia do Concílio do papa material à farta e de qualidade excelente para a elaboração dos esquemas sobre a Igreja e a Revelação a serem aprovados em futuro bem próximo, aproveitando os ventos favoráveis. Assim, o catolicismo se libertaria definitivamente do putrefato cadáver da sua Patrística!

Se as manifestações anteriores do Concílio Ecumênico das Igrejas moveram o papa João XXIII a convocar intempestivamente o seu Concílio Ecumênico, avalie-se o júbilo em suas esferas nesta oportunidade, quando o Concílio Barthianista reclama a viabilidade de uma Igreja Universal Visível e Oligárquica.

Nova Deli, com suas aberrações, rotuladas de teologia neo-modernista, ao propor, no interesse de uma União Ecumênica Visível, ser imprescindível uma igreja hierarquizada, levou uma contribuição valiosíssima para o Concílio Vaticano II, que se viu cercado das mais favoráveis condições para promulgar os seus dogmas relativos à sua hierarquia. Foi nesse clima propício que o Concílio Vaticano II apresentou, com os mesmos objetivos ecumenistas, idênticos princípios, porquanto, se a teologia neo-modernista do Concílio Ecumênico das Igrejas instalara uma Comissão Central nos moldes de uma verdadeira oligarquia eclesiástica, oportuno lhe fora produzir em sua máxima Constituição Dogmática um verdadeiro trabalho de hierarquiologia ao sabor do neo-modernismo, atribuindo-lhe, outrossim, o carisma da verdade para ser o órgão do Espírito Santo na continuidade da Revelação e no interpretar as Escrituras.

De propósito, os bispos, que se julgavam desempenhar a função de **juízes da fé**, não quiseram afirmar explicitamente que, com a morte dos Apóstolos foi encerrada a Revelação (Kloppenburg – Concílio Vaticano II – Editora Vozes Ltda. – Petrópolis – Vol. 5 – Pg. 345). Tomaz Wilczynski, bispo titular de Polybotus, em 1º de outubro de 1964, na oportunidade da 92ª Congregação Geral, enaltece o esquema da Constituição

Dogmática “*Dei Verbum*”, preparado em íntima conexão com os itens da Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*”, por “se deixar a porta aberta para ulteriores investigações”.

Nessa mesma ocasião, transparecendo o entusiasmo dos seus colegas episcopais, o patriarca armeno da Cilícia, Ignace Pierre XVI Batanian, exalta o texto da “*Dei Verbum*” precisamente por apresentar a Tradição, a Escritura e o Magistério Eclesiástico como três Fontes da Revelação e suas relações como “norma fundamental para qualquer trabalho de exegese”.

No dia imediato, na 93ª Congregação geral, o arcebispo de Madrid, Espanha, Casimiro Morcillo González, estribando-se em João 16.13, explode sua alegria porque o texto defende a necessidade do Magistério Eclesiástico para que a Igreja chegue ao conhecimento de toda a verdade.

Ambos os Concílios, o das Igrejas e o Vaticano II, de mãos dadas no trabalho satânico de menosprezar a Bíblia!

Nessa mesma 93ª Congregação Geral, outro bispo espanhol, o de Mondonhedo-Ferrol, Jacinto Argaya Goicochea, se encheu de cuidados na ansiedade de esclarecer as novas posições do catolicismo em face das fontes da sua dogmática e recomenda atenção para que fique bem definida a diversidade entre a Tradição e o Magistério Eclesiástico. Com o mesmo teor de desvelos, Eurico Nicodemo, arcebispo de Bari, Itália, sucede ao seu colega espanhol para ressaltar a necessidade que tem a Constituição Dogmática “*Dei Verbum*” de sobrelevar o valor do Magistério Eclesiástico.

No extremo da exaltação naquele clima da 93ª Congregação Geral, o bispo de Mônaco, Jean Rupp, declara: “A autoridade da Igreja é ministério e serviço da Palavra de Deus”. E despeja esta heresia: “O Magistério Eclesiástico tem só como objetivo a Revelação”.

No dia anterior, o arcebispo de Paderbonn, Alemanha, Lorenz Jaeger, revelara-se entusiasta pelo esquema porque via assinalar-se nele um grande progresso doutrinário, ao passo que o arcebispo de Benevento, Itália, Raffaelle Calábria, no dia 2 de outubro, demonstrava-se preocupado, querendo que a Constituição “*Dei Verbum*” exaltasse mais o Magistério Eclesiástico. O Vaticano I não estava endossado por Nova Deli?

Facílimo foi nessa conjuntura a Constituição Dogmática “*Dei Verbum*”, portanto, definir: “Mas, para que o Evangelho sempre se conservasse inalterado e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram como sucessores os bispos, a eles transmitindo o seu próprio encargo de Magistério” (“*Dei Verbum*” - § 7).

E ainda: “Quanto à Tradição recebida dos Apóstolos ela comprehende todas aquelas cousas que contribuem para santamente

conduzir a vida e fazer crescer a fé do povo de Deus, e assim a Igreja em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê. Esta Tradição, oriunda dos Apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo... pelo precônio daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam o carisma autêntico da verdade” (*Dei Verbum*” - § 8).

Nos arraiais romanistas já não se fala mais em consenso ou concordância unânime entre os santos padres. Foi um pesadelo! Há agora o Magistério Eclesiástico que consubstancia a Tradição.

Mais do que isso! Constitui-se em Revelação perene e dinâmica. Incessante! Ininterrupta!!!

Modernamente, no credo, o católico reza: “**Credo ecclesiam**” (Creio a igreja). E poderia perfeitamente rezar: “**Credo magisterium**” (Creio o Magistério).

Observe-se o teor da reza: “**Creio a Igreja**” e não apenas “Creio na Igreja”. **Creio o Magistério** e não apenas “Creio no magistério”.

O católico faz um ato de fé na organização externa e hierárquica da sua igreja. E, assim como ele deve crer no seu poder santificador sacramentalista, a sua missão ou poder de ensinar (o magistério eclesiástico) é também objeto de fé.

Na conformidade com a Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*” - § 18, compõe-se a hierarquia católica de bispos em comunhão com o romano pontífice, como visível princípio e fundamento da unidade de fé.

E, porque os bispos, como sucessores dos Apóstolos, receberam o carisma da verdade, “há no magistério eclesiástico (poder de ensinar) uma virtude interna, sobrenatural, divina, que se esconde atrás das atividades humanas dos depositários do múnus e do poder de ensinar, mas sempre presente e operante e sem a qual a natureza desse magistério se reduziria a uma simples e falível autoridade humana, nada mais. Dispomo-nos a crer no magistério porque reconhecemos, quiçá, em seus detentores notáveis qualidades de intelecção e prudência. Assentimos com um ato de fé teologal a seus pronunciamentos porque, antes, professamos que neles e por eles age uma virtude divina que nos garante a autenticidade da igreja”, elucida o frade Kloppenburg (Concílio Vaticano II – Editora Vozes Ltda. – Petrópolis – Vol. II – pg. 12), um dos teólogos presentes no Vaticano II. Conclui-se, pois, que, pelo fato de serem os bispos depositários do magistério eclesiástico, são positiva e interiormente, na inteligência e na vontade, ajudados por Deus e inspirados por Seu Espírito Santo.

Esta doutrina anuladora da Bíblia já havia sido vislumbrada pelo papa Pio XII. “É ele [o Espírito Santo] que aos pastores e doutores e, sobretudo, ao seu Vigário na terra, enriquece divinamente com os dons sobrenaturais de ciência, entendimento e sabedoria, para que

conservem fielmente o tesouro da fé, o defendam corajosamente e piedosa e diligentemente o expliquem e valorizem” (Pio XII – “*Encíclica Mystici Corporis*” - § 49).

Os teólogos católicos romanos vêm uma íntima conexão, ou melhor, analogia entre a inspiração da Sagrada Escritura e a inspiração do magistério de sua hierarquia. Dentro desse conceito, a Revelação Divina não se encerrou com a morte do último Apóstolo, mas como “estreitamente conexas e interpenetradas” (“*Dei Verbum*” - § 8).

O jesuíta Sebastião Tromp, secretário da Comissão Teológica Conciliar, em sua conferência “*Spiritus Sanctus et Sanctum Concilium*”, proferida em 18 de novembro de 1960, salienta que não lhe sobra nenhuma dúvida sobre a “analogia admirável” existente entre a inspiração divina de que goza a hierarquia e a mesma inspiração concedida aos hagiógrafos e evangelistas ao escreverem os livros canônicos. E recorda a conhecida palavra de Gregório Magno em que declarou aceitar e venerar os quatro Concílios Ecumênicos (de Nicéia, de Constantinopla, de Éfeso e de Calcedônia) como os quatro livros do Evangelho. “*Sicut sancti Evangelii quattuor libros, sic quattuor concilia suscipere et venerari me fateor*”.

Nessa conferência, ainda Tromp insistia: “Assim como o Espírito Santo desce sobre o hagiógrafo a fim de agir nele e com ele para o bem de toda a Igreja, assim desce o Paráclito sobre o santo concílio; incita, inspira, ilumina, ensina, cooperando assim eficazmente para que sejam infalíveis as decisões dos padres [os bispos] reunidos em concílio”. “*Incitat, inspirat, illuminat, docet et ita cooperatur efficaciter, ut patres synodaliter uniti ad infallibilem perveniat decisionem*”.

A fim de exprimir essa atuação reveladora do Espírito Santo sobre a hierarquia (bispos sob a autoridade do papa), dentre tantos vocábulos, aparecem os seguintes: inspirar, operar, dirigir, reunir, incitar, cooperar, sugerir, estabelecer, iluminar, conspirar, promulgar e outros muitos.

O papa João XXIII mesmo inúmeras vezes repetiu que a idéia da convocação do Concílio foi por inspiração do Espírito Santo. (Motu próprio: “*Superno Dei Nutu*”, de 5 de junho de 1960; Motu próprio: “*Rubricarum instructum*”, de 25 de junho de 1960; Discurso à Comissão Central, em 20 de junho de 1961).

O “**credo ecclesiam**” deve na era pós-conciliar, mais do que nunca, ser traduzido para “**credo hierarchian**”.

“**Sentire cum ecclesiam**” significa “**sentire cum hierarchiam**”!

Desde que a Tradição, a Escritura e o Magistério Eclesiástico “estão de tal maneira entrelaçados e unidos” (“*Dei Verbum*” - § 10) que se “constituem num só sagrado depósito da Palavra de Deus confiado à Igreja” (“*Dei Verbum*” - § 10), segue-se que o católico romano está

obrigado a dar “igual e pleno assentimento” a todos os enunciados da hierarquia, como se revelados por Deus.

“Os bispos, quando ensinam em comunhão com o romano pontífice, devem ser respeitados por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Devem os fiéis acatar uma sentença sobre a fé e a moral proferida por seu bispo em nome de Cristo, e devem ater-se a ela com religioso obséquio de espírito. Esta religiosa submissão da vontade e da inteligência deve de modo particular ser prestada com relação ao autêntico magistério do romano pontífice, mesmo quando não fala “ex-cathedra”. E isso de tal forma que seu magistério supremo seja reverentemente reconhecido, suas sentenças sinceramente acolhidas, sempre de acordo com sua mente e vontade” (Constituição Dogmática *“Lumen Gentium”* - § 25).

Então, os católicos são obrigados à submissão da vontade e da inteligência aos documentos escritos e também aos discursos do “*santíssimo et magna*” comitente caterva!

Sobejas razões assistem, pois, a Van Iersel, teólogo romano, ao declarar: “Quando se tem uma visão da Igreja em que se dá maior atenção à organização eclesiástica e em que se lançam as responsabilidades sobre a autoridade, liga-se menos importância à Bíblia na vida do simples fiel” (Igreja, Fé e Missão – Temas Conciliares – Lisboa – 1966 – Vol. V – pg. 26).

Com o seu magistério eclesiástico nimbado com o carisma autêntico da verdade – feito Novíssimo Testamento! – o catolicismo romano se transmudou em hierarquiolatria, distanciando-se absolutamente da Bíblia, a única regra de fé e o único depósito da Verdade Divina.

.oo.

O CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II E A BÍBLIA

Há pouco tempo, durante um variado programa de televisão, compareceu um grupo uniformizado de evangélicos, sorrindo aos encômios melosos de um sacerdote católico. O conjunto celebrava uma data especial do seu calendário e o caviloso clérigo, ao enaltecer os seus feitos, de tão distante assunto, precisava valer-se de uns elementos

fornecidos na hora pelo dirigente evangélico. O entrevistador do programa, revelando uma felicidade de novela, apoteosava o finado papa João XXIII por haver arejado o catolicismo ao permitir a comparência e a participação efetiva de um padre em programa daquela natureza. Falou o dirigente do grupo. Cantaram-se hinos. E o padre encerrou a programação com arremedos de entusiasmo na exaltação da Bíblia. A cada frase laudatória do Livro Divino cresciam as palmas. Entreolhavam-se, felizes, os evangélicos acenando com as cabeças gestos de aprovação.

Ao meu lado, um amigo murmurava: Como tudo é diferente e bom! Um padre a engrandecer a Bíblia...

E, untuoso e maneiroso, arremata o clérigo: SIM, É PRECISO MESMO LER E ESTUDAR A BÍBLIA, O LIVRO DE DEUS, MAS NA CONFORMIDADE COM AS ORIENTAÇÕES DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II.

E os evangélicos do programa que o ouviam mal tiveram tempo de esboçar um gesto de desdém. Entrara uma propaganda comercial! E de bebida alcoólica.

Sim, senhores! Ler e estudar a Bíblia segundo as normas do Concílio Vaticano II!!!

Vamos lá ver como foi tratada a Palavra de Deus nessa assembléia episcopal ecumênica.

A posição da Bíblia dentro do catolicismo moderno foi demonstrada nos capítulos anteriores.

Nas sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II os bispos se acompañadraram com o diabo no objetivo de ser a Bíblia humilhada, mediocrizada e posta em circunstâncias ainda mais inferiores.

Contra fatos não há argumentos!

Vamos, então, aos fatos!!!

Dentre as onze Comissões Preparatórias constituídas aos 5 de junho de 1960, pelo motu próprio “**Superno Dei Nutu**” do papa João XXIII, salienta-se a Teologia que “forma quase a espinha dorsal das outras Comissões”, conforme observou o secretário geral da Comissão Central, dom Péricles Felice.

O Concílio, constelado pela infalibilidade pontifícia, promulgou vários documentos, destacando-se, conforme já tivemos oportunidade de verificar, as duas Constituições Dogmáticas “*Lumen Gentium*” e “*Dei Verbum*”. A primeira objetiva exaltar a hierarquia eclesiástica e a segunda inferiorizar a Bíblia.

Ambas foram manipuladas nos laboratórios da Comissão Teológica, presidida pelo cardeal Alfredo Ottaviani, do Santo Ofício (ex-Santa Inquisição), e secretariada pelo jesuíta Sebastião Tromp.

Na cúpula hierárquica do catolicismo romano havia sérias preocupações sobre as fontes de Revelação. Daí, entre os teólogos, as muitas disputas relacionadas com a Revelação Divina Pública. Em consequência, outrossim, o primeiro cuidado da Comissão Teológica foi acerca desse assunto e elaborou um esquema.

Instalou-se oficialmente o Concílio Vaticano II, aos 11 de outubro de 1962, com a presença de 2.540 bispos. No dia 14 de novembro seguinte, foi apresentado o esquema sobre a Divina Revelação. E a 19^a Congregação Geral foi a “mais surpreendente e movimentada de todo o Concílio. Assestaram contra o esquema toda a pesada carga de sua bateria vários cardeais e numerosos bispos” (Kloppenburg – Concílio Vaticano II – Editora Vozes – Petrópolis – 1964 – Vol. IV – Pg. 93).

O texto foi acusado de ser excessivamente escolástico, pessimista, nada pastoral, inaceitável para o mundo moderno. Ele não oferecia as soluções urgidas pelas conjunturas dificeis com que se debatem os hierarcas clericais. Resumia-se a apresentar doutrinas sobre a Revelação Divina contidas em qualquer compêndio de teologia dogmática, conforme observou com violência o cardeal Alfrink, arcebispo de Utrecht (Holanda), no dia 14 de novembro. Para os teólogos modernos, preocupados em fornecer tábuas de salvação para a hierarquia, a doutrina das duas fontes de Revelação (a Escritura e a Tradição) é além de insuficiente. Qualquer jovem das Escolas Bíblicas dos evangélicos aniquila a dogmática católica da Contra-Reforma. E, na noite de tão densas trevas, sentem-se os teólogos em emergência de arranjar um espetáculo de fogos de artifício para impressionar a humanidade, pelo menos por mais algum tempo.

Continuaram acesos e com ardor crescente os debates até 20 de novembro, quando o papa João XXIII interveio e mandou engavetar o esquema.

Para que servem, então, a gavetas?

Essa sinopse foi debatida em 5 Congregações Gerais (reuniões do Concílio). De 14 a 20 de novembro de 1962, sendo que nos dias 15 e 18 o Concílio ficou de recesso. E houve 88 intervenções.

O debate hostil foi interrompido pelo papa João XXIII ao estabelecer se elaborasse novo esquema!

Em segunda redação, “que conheceu não poucas vicissitudes e MANOBRAS, foi aprovado pela Comissão de Coordenação no dia 22 de abril de 1963 e enviado aos padres conciliares” (Kloppenburg – Obra mencionada – Pg. 94).

Grifei o vocábulo “manobras”. De propósito! É uma expressão de um dos teólogos desse Concílio, o frade Kloppenburg, que demonstra a política praticada nos bastidores romanistas. Manobra é sinônimo de artifício, astúcia, artimanha, intriga!

Os prelados ansiamavam ver o novo esquema exposto em plenário. Mas, contra todas as esperanças, não foi apresentado à discussão do Concílio na Segunda Sessão. Porém, no discurso de encerramento daquela sessão, declarou Paulo VI que o esquema “*De Divina Revelatione*” seria um dos temas da Terceira Sessão (Kloppenburg – Obra mencionada – Pg. 94).

Nesse entretempo, a Comissão Teológica recebeu muitos louvores sobre o texto, reconhecendo nele um progresso notável sobre o anterior, qualificando-o de mais moderno, pastoral e ecumênico. Mais numerosos, todavia, foram os que criticaram e condenaram, por ser obscuro, equívoco, minimalista, sem nenhuma utilidade, por enunciar apenas coisas óbvias e sabidas (Kloppenburg – Obra referida – Pg. 94). Era necessário aproveitar a grande deixa de Nova Deli!!!

Observe-se que tudo isto acontecia por detrás dos biombos. Não em plenário do Concílio!

Necessitava-se de uma redação contundente e útil à seita estertorada pelos temores de um futuro aziago.

Às gavetas também a segunda redação!

Sentia-se malograda a Comissão de Teologia e “constituiu no dia 7 de março de 1964 uma nova subcomissão encarregada de tentar uma terceira redação, fruto dos trabalhos, das sugestões e emendas propostas por ocasião dos dois textos anteriores” (Kloppenburg – Obra citada – Pg. 94).

Tantas vicissitudes demonstram a incompatibilidade permanente e insuperável entre o catolicismo e a Bíblia. Antinomias obstinadas levam a seita do papa a se distanciar cada vez mais da Palavra de Deus.

Afinal, o esquema, em terceira redação, foi encaminhado ao Concílio, que o discutiu em cinco reuniões. De 30 de setembro a 6 de outubro de 1964, sendo que nos dias 3 e 4 de outubro, os eminentes ordinários foram descansar (!!!). Nessas cinco Congregações Gerais, como apelidaram as reuniões do Concílio, aconteceram 71 intervenções.

Um balanço!

O assunto sobre a Revelação Divina mereceu do plenário do Concílio Ecumênico Vaticano II 10 Congregações Gerais, sendo 5 em 1962, que resultaram absolutamente sem efeito, conforme vimos, e 5 em 1964. Em todas elas, que globalmente tomaram 33 horas, houve 159 intervenções, isto é, manifestações dos bispos.

Recordemo-nos que o Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciado em 11 de outubro de 1962, foi encerrado no dia 7 de dezembro de 1965, com 168 Congregações Gerais. Nas suas 4 Sessões (períodos ou etapas) foram gastas 600 horas e aconteceram 2.217 intervenções.

Confrontemos! Das 168 Congregações Gerais apenas 10 foram consagradas ao debate sobre a Revelação Divina. Das 600 horas e 2.217 intervenções somente 33 horas e 150 intervenções para esse magno assunto. De todas as energias e programações do Concílio apenas uma média de 5% em prol do “estudo” da Revelação Divina!

Em verdade, em verdade, considerando-se que as 5 Congregações Gerais de 1962, em que se debateu o assunto, foram inteiramente nulas e anuladas pelo papa João XXIII, tem-se um índice bem mais inferior. Então, temos com objetividade e realismo cru o seguinte: Das 600 horas empregadas em todo o Concílio, e das 2.217 intervenções, somente 17,30 horas e 88 intervenções. Das 168 Congregações Gerais, apenas 5!

Pasmem! Unicamente 2,5% das atividades conciliares para o “estudo” da Revelação Divina!

Demonstra isto algum interesse pela Bíblia? **Roma semper eadem!!!** Ela não gosta mesmo da Palavra de Deus exarada nos Livros Santos!

Outra verificação! O Vaticano II examinou outros muitos assuntos do seu particular interesse como, por exemplo, o uso do latim na sua liturgia, a renovação da mesma em diversos pontos, os meios de comunicação social, a ação ecumênica, os leigos, a educação religiosa, etc. Porém, o tema: HIERARQUIA ECLESIÁSTICA foi o mais importante, cuja Constituição Dogmática “é certamente a peça central de todo o Concílio Vaticano II” (Kloppenburg – Obra mencionada – Pg. 358), pois ocupou 49 Congregações Gerais, com 172 horas e 358 intervenções.

Note-se: Das 168 Congregações Gerais, 49 foram destinadas ao tema HIERARQUIA ECLESIÁSTICA! 30%!!! E das 600 horas, 172 horas para esse mesmo assunto! 30%!!!

Cotejemos! A hierarquia julgando-se em causa própria – a norma jurídica: “*Judex in própria causa nemo esse potest*” foi absolutamente esquecida! – ocupou 49 reuniões e para o mesmo “exame” da Revelação Divina unicamente 5; empregou 172 horas e 358 intervenções, enquanto que, para o assunto de maior realce, somente 17,30 horas e 88 intervenções.

Pergunta-se: É verdade que o catolicismo tem agora mais interesse pela Bíblia?

Responde-se: Sim!!!

Mais interesse para destruí-la, se possível fora. Porque lhe é mister exaltar a hierarquia, o seu Testamento Novíssimo!

Jamais o catolicismo perseguiu tanto a Bíblia como hoje. Melhor seria que acendesse as fogueiras inquisitoriais para queimar milhares dos seus exemplares como fazia no passado.

Linhos acima entreaspeei as palavras “estudo” e “exame”. Não foi ao acaso. Porque o “estudo” e o “exame” da Revelação Divina tendiam a inferiorizar a Bíblia, depreciando-a em seu valor de único depósito sagrado.

Aliás, a própria adoção da Tradição significa admitir a insuficiência material das Sagradas Escrituras.

E na 91^a Congregação Geral, em 30 de setembro de 1964, o bispo Franjo, de Split, na Iugoslávia, e membro proeminente da Comissão Teológica, declarou: “A Sagrada Escritura não contém todas as verdades reveladas e a Tradição é também fonte de Revelação”. Se se pretendesse excluir a Tradição, “as ciências bíblicas teriam que provar tudo pela Escritura, o que levaria a uma exegese pouco sincera e desmoralizaria os papas anteriores”.

Nesse mesmo dia e por ocasião da mencionada reunião, o arcebispo Florit, de Florença, na Itália, defendendo o esquema da Terceira Redação que originou a Constituição Dogmática “*Dei Verbum*”, salienta o seu valor porque “fala da realidade e da suprema importância da Tradição na vida da Igreja: é por ela que perduram a constituição, a vida, a fé e o culto da Igreja”.

No dia seguinte, 1º de outubro de 1964, intervindo da 92^a Congregação Geral, o bispo de Alleppey, na Índia, Michael Arattukulam, ao recordar-se da doutrina de Trento e do Vaticano I, enaltece o esquema por ensinar que “nem todas as verdades reveladas são transmitidas pela Sagrada Escritura”.

Nesse ínterim, o arcebispo Joseph Attipetty, de Ernakulam, na Índia, exalta a Tradição: Sem ela “muitos dogmas da sacramentologia e da mariologia perderiam o seu fundamento. Fecharíamos as portas ao progresso na mariologia – *impossibilem reddendo quam libet aliam ad definitionem de privilegiis marianis*. E qual o verdadeiro devoto de Nossa Senhora que gostaria de criar semelhante situação?”

A 93^a Congregação Geral, de 2 de outubro de 1964, continuou no mesmo ambiente de exaltação à Tradição. Octavio Antonio Beras, arcebispo de Santo Domingo, na República Dominicana, exclamou: “Todos nós aprendemos primeiro no catecismo e depois, no seminário, que nem todas as verdades reveladas estão na Sagrada Escritura. Quem de nós já ensinou o contrário?”

Que esta pergunta ressoe nos corações dos protestantes catolicizados e lhes arranque ecos tonitroantes para acordá-los!

Não faltou um prelado português a dar sua nota nesse coral soturno. Foi Antonio de Castro Xavier Monteiro, o bispo auxiliar de Vila Real: “Não devemos”, declarou, “ter receio de afirmar a incorruptibilidade da divina Tradição (?), que, por vários títulos, como dizem muitos teólogos, é superior à Sagrada Escritura”.

Juntando-se ao português, veio o espanhol Angel Temino Sáiz, bispo de Orense, com a sua barretada: “Não se pode negar que, por muitos séculos, ensinou-se que há certas verdades reveladas contidas na Tradição, que não possuem um fundamento sólido na Escritura”. Acorre às mesmas loas um italiano, o arcebispo de Bari, Enrico Nicodemo: “Há verdades reveladas que constam só da Tradição”! Exalta-se outro italiano piegas, Salvatore Baldassarri, arcebispo de Ravena, e interfere: “Os dogmas mariais se fundam exclusivamente na Tradição, bem como o batismo infantil”.

“Sem o recurso à Tradição, a Igreja não pode conhecer todas as verdades reveladas”, decide Luciano Rubio, prior geral da Ordem de Santo Agostinho.

E o encontro sinodal de 2 de outubro de 1964 se encerrou com esta infernal proclamação: “Na Bíblia há, de fato, deficiências”. A sua autoria cabe a Franziscus Koenig, arcebispo de Viena, Áustria.

E o clero por aí a recomendar a leitura da Bíblia de acordo com as orientações do Vaticano II!

Nos dias 3 e 4, os ordinários foram descansar de tantos disparates.

O dia 5, porém, amanhece com as mesmas nuvens carregadas de tempestade contra a Bíblia. O conselheiro patriarcal melquita de Antioquia, Neófito Edelby, despejou esta insensatez: “Sem a Tradição, a Escritura é letra morta”.

Se quiséssemos, continuariamos enfileirando depoimentos em prol da Tradição e consequente descaso da Bíblia.

Em consequência e para confirmar todos esses testemunhos depreciativos da Bíblia, o Concílio Vaticano II dogmatiza em sua Constituição *“Dei Verbum”*: “... As próprias Sagradas Escrituras são nela [a Tradição] cada vez melhor compreendidas” (§ 8); “... não é através da Escritura apenas que a Igreja consegue sua certeza a respeito de tudo o que foi revelado” (§ 9).

Em verdade e com exatidão, aplicam-se à seita do papa as palavras de Jeremias: **“Eis que a palavra do Senhor é para eles causa vergonhosa: não gostam dela”** (Jeremias 6.10).

Nestas circunstâncias, poderíamos admitir a esperança de estar o catolicismo interessado pela Bíblia, buscando nela a completa e perfeita Revelação Divina para esta Dispensaçāo?

Nem de leve! A menos que fôssemos simplórios!

.oo.

O TESTAMENTO DA ANTIGA DISPENSAÇÃO E AS ESCRITURAS

Despertos do terrível pesadelo que nos conduziu pelas paragens estranhas e por pantanais lúgubres de doutrinas conspurcadoras da Palavra, libremos as regiões translúcidas da Bíblia, a inconteste, a única Fonte de Revelação Divina e o pábulo supersubstancial das nossas almas sôfregas de crescimento espiritual.

“Nem só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que procede da boca de Deus” (Mateus 4.4).

NA INTERPRETAÇÃO DAS ESCRITURAS DEVEMOS ATENDER AO CONTEÚDO E À UNIDADE DE TODA A ESCRITURA.

Eis o grande princípio, o condão norteador, a bússola orientadora, o guia seguro de qualquer exegese. E exegese de qualquer obra literária.

Para julgar ou dirimir um litígio, nenhum juiz poderá ater-se apenas a um ângulo da questão, a uma faceta da acusação ou da defesa, mas precisa examinar os autos no seu todo, no seu conjunto. Aliás, a sociologia moderna não reconhece mais soluções parciais para os problemas do mundo. Pesquisa soluções globais. Empreende integralizar todas as facetas de todos os problemas para equacioná-los e resolvê-los em totalidade.

É do próprio sistema da Bíblia ser ela a única Regra de Fé! Não deixa em seus livros lugar algum para outra regra ou fonte!

Acampados ainda no sopé do Sinai, viram os israelitas o seu líder subir o monte na execução da ordem divina: **“Sobe a Mim; ... dar-te-ei tábuas de pedra, e a lei, e os mandamentos que escrevi, para os ensinares”** (Êxodo 24.12).

“Que escrevi”! O próprio Deus escrevera...

Após manifestar os pormenores sobre a construção do tabernáculo e o sacerdócio estabelecido em Arão, da tribo de Levi, e o ritual do culto, **“deu a Moisés as duas tábuas do Testemunho, tábuas de pedra, escritas pelo dedo de Deus”** (Êxodo 31.18).

Salienta o informe sacro: **“Tábuas escritas de ambas as bandas; de uma e de outra banda estavam escritas. As tábuas eram obra de Deus; também a escritura era a mesma escritura de Deus, esculpida nas tábuas”** (Êxodo 32.15-16).

Surpreendendo o povo na iniquidade da idolatria, indignado, Moisés despedaçou as tábuaas (Êxodo 32.19).

O Senhor, entretanto, não quis fiar-se de tradição oral alguma, e disse ao Seu servo: “**Lavra duas tábuaas de pedra, como as primeiras; e Eu escreverei nelas as mesmas palavras que estavam nas primeiras tábuaas, que quebraste**” (Êxodo 34.1).

Insistira o Senhor em Seus preceitos contra a idolatria e ressaltara o Seu desígnio de isolar o Seu Israel dos demais povos e disse a Moisés: “**Escreve estas palavras, porque, segundo o teor destas palavras, fiz aliança contigo e com Israel**” (Êxodo 34.27).

Ocasião excepcional de deixar Suas palavras em tradição oral. Mas não fez assim. “**Escreve**”! Foi a Sua determinação.

A longa e épica jornada atingia o seu clímax. O povo iria apossar-se de Canaã. O seu chefe ora a Deus e exorta o seu povo a obedecer a palavra do Senhor: “**Agora, pois, ó Israel, ouve os estatutos e os juízos que eu vos ensino, para os cumprirdes, para que vivais, e entreis, e possuaiseis a terra que o Senhor, Deus de vossos pais, vos dá. Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardeis os mandamentos do Senhor, vosso Deus, que eu vos mando**” (Deuteronômio 4.1-2).

A única condição estabelecida para a feliz e permanente posse de Canaã era a obediência à Sua palavra, à qual nada poderia ser acrescentado e da qual nada poderia ser retirado. Ela, como única Regra de Vida, deve permanecer intacta!

Moisés, que liderou o seu povo durante os 40 anos de travessia por desertos inóspitos, almeja a sua prosperidade, e lhe recomenda: “**Guardai, pois, as palavras desta aliança e cumpri-as, para que prospereis em tudo quanto fizerdes**” (Deuteronômio 29.9).

Seus votos não são formais. Indicam o penhor de felicidade para aquele povo: “**Se guardares o mandamento que hoje te ordeno, que ames o Senhor, teu Deus, andes nos Seus caminhos, e guardes os Seus mandamentos, os Seus estatutos, e os Seus juízos, então, viverás e te multiplicarás, e o Senhor, teu Deus, te abençoará na terra à qual passas para possuí-la**” (Deuteronômio 30.16).

Lembra o concerto feito por Deus com o Seu povo em Horebe (Deuteronômio 5.2) e repete os dez mandamentos (Deuteronômio 5.6-21). “**Estas palavras falou o Senhor a toda a vossa congregação no monte, do meio do fogo, da nuvem e da escuridão, com grande voz, e nada acrescentou. Tendo-as escrito em duas tábuaas de pedra, deu-mas a mim**” (Deuteronômio 5.22).

A obediência à Bíblia foi inculcada desde os seus primórdios. Desde o princípio, ela foi cercada de respeito máximo. O próprio Deus assim o determinou e, por isso, fixa normas para a construção da Arca

(Êxodo 25.10-15) e manda também que se coloque nela o Seu Testemunho (Êxodo 25.15; Deuteronômio 10.2; Hebreus 9.4).

Acondicionado o Testemunho na Arca, poderia o israelita olvidar as ordens divinas! Então, a fim de que isto não ocorresse, Moisés determina: **“E as escreverás nos umbrais de tua casa e nas tuas portas”** (Deuteronômio 6.9).

Com o desaparecimento de Moisés, o vidente do Sinai, o povo teria outros chefes. Prevê, inspirado, Moisés e adverte que, nessa emergência, ao ter o seu rei, que este **“quando se assentar no trono do seu reino, escreverá para si um translado desta lei num livro”** (Deuteronômio 17.18). Aliás, quando o povo elegeu Saul para seu rei, **“declarou Samuel ao povo o direito do reino, escreveu-o num livro e o pôs perante o Senhor”** (1º Samuel 10.25).

Moisés nomeia Josué como chefe do povo com a incumbência de transpô-lo além Jordão e Deuteronômio 31.9 informa, ainda outra vez: **“Esta lei, escreveu-a Moisés e a deu aos sacerdotes, filhos de Levi, que levavam a Arca da Aliança do Senhor, e a todos os anciãos de Israel”**. Nestas circunstâncias, estabelece que a Lei seja lida em cada sete anos: **“Ordenou-lhes Moisés dizendo: Ao fim de cada sete anos, precisamente no ano da remissão, na Festa dos Tabernáculos, quando todo o Israel vier a comparecer perante o Senhor, teu Deus, no lugar que Este escolher, lerás esta lei diante de todo o Israel. Ajuntai o povo, os homens, as mulheres, os meninos e o estrangeiro que está dentro da vossa cidade, para que ouçam, e aprendam, e temam ao Senhor, vosso Deus, e cuidem de cumprir todas as palavras desta Lei”** (Deuteronômio 31.10-12).

Naquele momento soleníssimo da posse da Terra Prometida, prevendo o Senhor os desvios, as iniquidades e as recalcitrações do Seu povo, para adverti-los, ordena a Moisés: **“Escrevei para vós outros este cântico e ensinai-o aos filhos de Israel; ponde-o na sua boca, para que este cântico Me seja por testemunha contra os filhos de Israel”** (Deuteronômio 31.19).

Obedeceu e **“Moisés, naquele mesmo dia, escreveu este cântico e o ensinou aos filhos de Israel”** (Deuteronômio 31.22).

“Tendo Moisés acabado de escrever, integralmente, as palavras desta lei num livro, deu ordem aos levitas que levavam a Arca da Aliança do Senhor, dizendo: Tomai este livro da lei e ponde-o ao lado da Arca da Aliança do Senhor, vosso Deus, para que ali esteja por testemunha contra ti” (Deuteronômio 31.24-26).

A Josué, servo do Senhor, encarregado de fazer o povo hebreu passar o Jordão após a morte de Moisés, adverte que se esforce e tenha **“cuidado de fazer segundo toda a lei”** (Josué 1.7) escrita por Moisés (Deuteronômio 31.9). Recomenda-lhe o Senhor: **“Não cesses de falar**

deste livro da lei; antes, medita nele dia e noite, para que tenhas cuidado de fazer segundo tudo quanto nele está escrito; então, farás prosperar o teu caminho e serás bem-sucedido” (Josué 1.8).

Josué foi vitorioso. O incidente de Acã serviu ainda mais para valorizar a necessidade da obediência ao Senhor. Objetivando executar determinações precedentes no sentido de que levantasse “**pedras grandes**” e nelas escrevesse “**todas as palavras desta lei**” (Deuteronomio 27.1-3), no Monte Ebal, “**segundo o que está escrito no livro da lei de Moisés**” (Josué 8.31), “**escreveu ali, em pedras, uma cópia da lei de Moisés**” (Josué 8.32). Naquele clima de vitórias, Josué “**leu todas as palavras da lei, a bênção e a maldição, segundo tudo o que estava escrito no livro da lei. Palavra nenhuma houve, de tudo o que Moisés ordenara, que Josué não lesse para toda a congregação de Israel**” (Josué 8.34-35).

Os triunfos se sucederam na conquista da Terra Prometida e o fiel Josué “**nem uma só palavra deixou de cumprir de tudo o que o Senhor ordenara a Moisés**” (Josué 11.15).

A preocupação máxima de Josué era que o povo observasse a Lei do Senhor. E, quando já velho, “**chamou Josué a todo o Israel**” e disse-lhe: “**Esforçai-vos, pois, muito para guardardes e cumprirdes tudo quanto está escrito no livro da lei de Moisés, para que dela não vos aparteis, nem para a direita nem para a esquerda; para que não vos mistureis com estas nações que restaram entre vós. Não façais menção dos nomes de seus deuses, nem por eles façais jurar, nem os sirvais, nem os adoreis**” (Josué 23.6-7).

A grande linha divisória a separar Israel dos outros povos que seguiam tradições orais em sua idolatria era a obediência à Lei Escrita do Senhor!

Sentindo-se próximo ao fim e inspirado por Deus, Josué, o grande continuador de Moisés na conquista de Canaã, ajuntou em Siquém todas as tribos de Israel, exortou-as e “**escreveu estas palavras no livro da lei de Deus**” (Josué 24.26), porque, não tendo que ficar reduzida à Lei, através do tempo, a Revelação Escrita iria se completando. E faleceu.

A Arca do Testemunho fora mandada construir pelo próprio Deus (Êxodo 25.21; 31.18; Deuteronomio 10.3-5) para ser a depositária das tábuas de Sua Lei e ocupou, por isso, o centro do Santo dos Santos do Tabernáculo (Êxodo 26.34) e precedia o povo em sua viagem desde Sinai até Canaã (Números 10.33).

Ao tempo do sacerdote Eli, cujos filhos faziam transgredir o povo do Senhor (1º Samuel 2.24), foi transformada em talismã. E permitiu o Senhor que ela fosse arrebatada pelos filisteus (1º Samuel 4.1-22), sendo devolvida em tempos posteriores (1º Samuel 5.1-6.11).

A máxima preocupação de Davi era levar o seu povo a se submeter à Lei do Senhor para o que levou a Arca do Testamento de Obede-Edom para Jerusalém, onde preparou um tabernáculo provisório (2º Samuel 6.17; 7.1-2; 1º Crônicas 16.1, 4-6, 37-43), oportunidade em que estabeleceu normas na intenção de que os sacerdotes oferecessem “**continuamente ao Senhor os holocaustos sobre o altar dos holocaustos, pela manhã e à tarde; e isto segundo tudo o que está escrito na lei que o Senhor ordenara a Israel**” (1º Crônicas 16.40).

Ao se aproximarem os dias da sua morte, Davi aconselhou Salomão: “**Guarda os preceitos do Senhor, teu Deus, para andares nos Seus caminhos, para guardares os Seus estatutos, e os Seus mandamentos, e os Seus juízos, e os Seus testemunhos, como está escrito na lei de Moisés, para que prosperes em tudo quanto fizeres e por onde quer que fores**” (1º Reis 2.3; 1º Crônicas 22.12-13).

Não se iludiu Salomão, filho e sucessor de Davi no trono de Israel! Não foi atrás de tradições orais! Procurou sim “**escrever com retidão palavras de verdade**” (Eclesiastes 12.10). E, ao construir o Templo, depositou a Arca do Testemunho no Santo dos Santos (1º Reis 8.1-9).

Também durante os seus reis, Israel foi feliz quando se sujeitou à Lei do Senhor e foi derrotado e escravizado e infeliz toda vez que dela se desviou. Em trevas caminhou quando dela se apartou!

Os dois livros de Samuel, os dois de Reis, os dois de Crônicas, o de Esdras, o de Neemias e o de Ester relatam a história cheia de altos e baixos do povo. A história de suas glórias quando atendiam os ditames da Lei. A história de seus malogros quando dela se alongavam.

Inspirados divinamente e para memória permanente, aqueles livros consignam inúmeros episódios que se constituem em ensinos preciosos para nossa instrução no quadro total da primeira parte das Sagradas Escrituras.

Manifestou-Se o Senhor através dos profetas para vergastar os desvios do Seu povo e invectivar o procedimento de reis desleais. E para ir completando a Sua Revelação pela instrumentalidade desse Seus servos.

Ao mencionar o Antigo Testamento, Jesus o denominou de “**Moisés e os profetas**” (Lucas 16.31).

Igualmente, no conteúdo e na unidade destes, depreendemos a absoluta ausência da Tradição Oral, mas sempre presente a Escritura.

“**Ouvi a Palavra do Senhor... prestai ouvidos à Lei de nosso Deus**”, clama Isaías.

Ai! É o brado de dor do profeta. Ele via que “**como a língua de fogo consome o restolho, e a erva seca se desfaz pela chama, assim será a sua raiz como podridão, e a sua flor se esvaecerá como pó;**

porquanto rejeitaram a lei do Senhor dos Exércitos e desprezaram a palavra do Santo de Israel” (Isaías 5.24).

Ferido em sua sensibilidade por verificar também em Tiro, transgredida a lei, lastima: “**Na verdade, a terra está contaminada por causa dos seus moradores, porquanto transgridem as leis, violam os estatutos e quebram a aliança eterna**” (Isaías 24.5).

Desolado com o sofrimento do povo escravizado por haver transgredido a lei do Senhor, o mesmo Isaías lamenta: “**Quem entregou Jacó por despojo e Israel, aos roubadores? Acaso, não foi o Senhor, Aquele contra quem pecaram e nos caminhos do qual não queriam andar, não dando ouvidos à Sua lei?**” (Isaías 42.24).

Nesta emergência, a Isaías determina o Senhor: “**Toma uma ardósia grande e escreve nela de maneira inteligível**” (Isaías 8.1).

Noutra circunstância: “**Vai, pois, escreve isto numa tabuinha perante eles, escreve-o num livro, para que fique registrado para os dias vindouros, para sempre, perpetuamente**” (Isaías 30.8). “**Escreve**”!

Rebelara-se Israel e o Senhor, utilizando-Se de Jeremias, o repreende: “**Ouve tu, ó terra! Eis que Eu trarei mal sobre este povo, o próprio fruto dos seus pensamentos; porque não estão atentos às Minhas palavras e rejeitam a Minha lei**” (Jeremias 6.19); “**porque deixaram a Minha lei, que pus perante eles, e não deram ouvidos ao que Eu disse, nem andaram nela**” (Jeremias 9.13).

No princípio do reinado de Jeoaquim, o povo se obstinava em sua infidelidade e, da parte de Deus, Jeremias leva-lhe o recado: “**Se não Me derdes ouvidos para andardes na Minha lei, que pus diante de vós... então farei que esta casa seja como Silo e farei desta cidade maldição para todas as nações da terra**” (Jeremias 26.4-6).

Conclamando o Senhor por meio do mesmo profeta aquele povo de dura cerviz ao arrependimento, durante o cativeiro de Babilônia, exclama: “**Farei que se cumpram sobre aquela terra todas as Minhas ameaças que proferi contra ela, tudo quanto está escrito neste livro, que profetizou Jeremias contra todas as nações**” (Jeremias 25.13) E noutra vez: “**Escreve num livro todas as palavras que Eu disse**” (Jeremias 30.2). “**Escreve**”! Exatamente para não ficar como tradição oral, exposta à corrupção.

“**Veio esta palavra do Senhor a Jeremias, dizendo: Toma um rolo, um livro, e escreve nele todas as palavras que te falei contra Israel, contra Judá e contra todas as nações, desde o dia em que te falei, desde os dias de Josias até hoje**” (Jeremias 36.2). “**Escreve no livro todas as palavras**”! Então, “**escreveu Baruque no rolo, segundo o que ditou Jeremias, todas as palavras que a este o Senhor havia revelado**” (Jeremias 36.4).

Com a intenção de que o povo se convertesse dos seus maus caminhos, Jeremias mandou Baruke, o seu secretário: “**Do rolo que escreveste, segundo o que eu ditei, lê todas as palavras do Senhor, diante do povo, na Casa do Senhor**” (Jeremias 36.6). Foi nesta ocasião que Jeudi, mensageiro enviado da parte do rei Jeoacuim, enraivecido com a leitura que anunciava a vinda do rei da Babilônia para a destruição da sua terra, cortou o livro em pedaços e o lançou ao fogo (Jeremias 36.14, 21, 23). Sob a ordem de Deus, contudo, porque a Sua Palavra Escrita não pode perecer, Jeremias “**tomou outro rolo e o deu a Baruke, filho de Nerias, o escrivão, o qual escreveu nele, ditado por Jeremias, todas as palavras do livro que Jeaquim, rei de Judá, queimara**” (Jeremias 36.32).

E no final do livro ainda outra vez: “**Escreveu, pois, Jeremias num livro todo o mal que havia de vir sobre Babilônia, a saber, todas as palavras já escritas contra Babilônia**” (Jeremias 51.60).

Caracteriza-se Ezequiel por invectivar os falsos profetas e vergastar os sacerdotes iníquos. É a ele que o Senhor diz: “**Os seus sacerdotes transgridem a Minha lei e profanam as Minhas cousas santas**” (Ezequiel 22.26).

Ao relatar a sua vocação, conta: “**Então, vi, e eis que certa mão se estendia para mim e nela se achava o rolo de um livro... e estava escrito por dentro e por fora; nele estavam escritas lamentações, suspiros e ais**” (Ezequiel 2.9-10).

Ao referir-se ao livramento do povo depois da tomada de Jerusalém por Nabucodonosor, fala da restauração do Templo, e consigna a advertência de Deus: “**Escreve isto na sua presença para que observem todas as suas instituições e todos os seus estatutos e os cumpram**” (Ezequiel 43.11).

Quando os príncipes invejosos pretendiam prejudicar Daniel que, nas intenções de Dario, se prestava para ser constituído sobre todo o reino, não podiam achar nele responsabilidade alguma de transgressão, disseram: “**Nunca acharemos ocasião alguma para acusar a este Daniel, se não a procurarmos contra ele na lei do seu Deus**” (Daniel 6.5). Que elogio!

“**No primeiro ano de Belsazar, rei da Babilônia, teve Daniel um sonho e visões ante seus olhos, quando estava no seu leito; escreveu logo o sonho e relatou a suma de todas as cousas**” (Daniel 7.1). “**Escreveu logo**”!

Em sua visão dos quatro animais simbólicos, a respeito do último, Daniel informa: “**O quarto animal será um quarto reino na terra**” (Daniel 7.23), que “**proferirá palavras contra o Altíssimo, magoará os santos do Altíssimo e cuidará em mudar os tempos e a lei**” (Daniel 7.25). “**Cuidará em mudar a Lei**”!

Esta visão de Daniel – e que visão profética! – nos reporta à visão de João, descrita em Apocalipse 17.6: “**Então, vi a mulher embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus; e, quando a vi, admirei-me com grande espanto**”. “**E nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra**” (Apocalipse 18.24). No fim dos tempos, cumprir-se-ão as visões de Daniel e de João e toda violência se acometerá contra “**os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus**” (Apocalipse 12.17) e se cuidará de mudar a Revelação Divina (Daniel 7.25).

A ira do Senhor, porém, sempre se derrama contra os que transgridem os Seus preceitos. “**Sim, todo o Israel transgrediu a Tua lei... por isso, a maldição e as imprecações que estão escritas na lei de Moisés, servo de Deus, se derramaram sobre nós**” (Daniel 9.11).

Dos profetas chamados menores, Oséias é o primeiro e cujo ministério abrangeu 12 ou 13 anos do reinado de Jeroboão e chegou a ver a queda de Samaria em 722 a. C. Por sua instrumentalidade, naqueles dias trevosos de iniquidade sobre iniquidade, o Senhor objurga o povo: “**Embora Eu lhe escreva a Minha lei em dez mil preceitos, estes seriam tidos como causa estranha**” (Oséias 8.12). Imaginem como não seriam se fosse tradição oral!

Em vista das transgressões de Judá, pelo profeta Amós, Deus ameaça: “**Não sustarei o castigo, porque rejeitaram a lei do Senhor e não guardaram os Seus estatutos; antes, as suas próprias mentiras os enganaram e após elas andaram seus pais**” (Amós 2.4). Realmente, escapar-se da Bíblia significa aderir às mentiras da tradição oral!

A Habacuque, suscitado ao tempo dos caldeus, determina o Senhor: “**Escreve a visão, grava-a sobre tábuas, para que a possa ler até quem passa correndo**” (Habacuque 2.2).

Se Moisés consignou em Escritura os preceitos do Senhor, completando a Bíblia o Senhor desejou que os Seus profetas escrevessem!

Queixava-se Sofonias: “**Os seus profetas são levianos... os seus profetas profanam o santuário e violam a lei**” (Sofonias 3.4). E Malaquias os recrimina por terem feito tropeçar a muitos e, por isso, Deus os fez “**desprezíveis e indignos diante de todo o povo**” (Malaquias 2.8-9).

Das 36 alusões à Lei Escrita que encontrei no Livro dos Salmos, transladarei as seguintes:

“**Bem-aventurado o homem que não anda no conselho dos ímpios... antes o seu prazer está na Lei do Senhor**” (Salmo 1.1-2); “**a lei do Senhor é perfeita**” (Salmo 19.7); “**o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos**” (Salmo 19.8).

E Davi exclamava: “**Dentro do meu coração está a Tua Lei**” (Salmo 40.8) e suplicava: “**Desvenda os meus olhos, para que eu contemple as maravilhas da Tua Lei. Dá-me entendimento e guardarei a Tua Lei; de todo o coração a cumprirei. Baixem sobre mim as Tuas misericórdias, para que eu viva; pois na Tua Lei está o meu prazer. Quanto amo a Tua Lei! É a minha meditação todo o dia! Firma os meus passos na Tua palavra, e não me domine iniqüidade alguma. Torrentes de água nascem dos meus olhos, porque os homens não guardam a Tua Lei. A Tua Lei é a própria verdade. Grande paz têm os que amam a Tua Lei, para eles não há tropeço**” (Salmos 119.1, 18, 34, 77, 97, 133, 136, 142, 165).

Todo o Salmo 119 é um poema sobre a Lei do Senhor! Que se medite nele e evitar-se-á incorrer na apostasia... É uma sugestão para uma ala da Sociedade Bíblica...

Quem encontrará em todo o Antigo Testamento qualquer base que endosse a possibilidade remota de uma fonte doutrinária chamada Tradição Oral?

Nem por sombra!

Bem ao contrário!!!

É do teor de todo o Antigo Testamento serem as Escrituras a única e exclusiva Fonte da Revelação de Deus onde se abeberaram os filhos de Israel!

.oOo.

JESUS CRISTO E AS ESCRITURAS

Reconhece Jesus Cristo a sua indestrutibilidade! E a sua autoridade. “**Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir**” (Mateus 5.17).

Aos empantufados fariseus que corrompiam a Escritura com a Tradição, como fazem atualmente as seitas católicas, chamou de hipócritas: “**Este povo honra-Me com os lábios, mas o seu coração está longe de Mim. E em vão Me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens**” (Marcos 7.6-7).

Quem estiver de parceria com tradições em vão adora a Jesus! Por isso o culto católico é inútil!

“E, assim, invalidastes a palavra de Deus, por causa da vossa tradição” (Mateus 15.6) é a recriminação de Jesus, que bem se ajusta aos seguidores desse culto.

Em Seu ministério público Jesus sempre aludia à Lei e aos profetas. Às Escrituras!

Em **“Nazaré, onde fora criado, entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o Seu costume, e levantou-Se para ler. Então, Lhe deram o livro do profeta Isaías e, abrindo o livro, achou o lugar onde estava escrito: O Espírito do Senhor está sobre Mim... Tendo fechado o livro... passou Jesus a dizer-lhes: Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir”** (Lucas 4.16-21). E observa Lucas: **“Todos na sinagoga, ouvindo estas cousas, se encheram de ira”** (Lucas 4.28). E Jesus precisou fugir!

À Lei reportou-Se Jesus em outra ocasião quando um doutor, para tentá-lo perguntou-Lhe: **“Mestre, que farei para herdar a vida eterna?”** Então Jesus lhe perguntou: **“Que está escrito na lei? Como interpretas?”** (Lucas 10.25-26).

Recriminando os saduceus, o Salvador afirma: **“Errais, não conhecendo as Escrituras”** (Mateus 22.29).

Ao repelir o tentador, em suas três investidas, Cristo Se utiliza das Santas Escrituras: **“Está escrito...”** (Mateus 4.4, 7, 10).

No incidente da expulsão dos que vendiam e compravam no Templo, aludindo a Isaías 56.7, exclama: **“Está escrito...”** (Mateus 21.13).

Após a glória da transfiguração, remetendo-Se a Isaías 53.2, Daniel 9.26 e Salmos 22.6, interroga: **“Como, pois, está escrito sobre o Filho do homem que sofrerá muito e será aviltado?”** (Marcos 9.12).

Os Seus seguidores viam nEle o cumprimento da Escrituras. Filipe recordava-se de Gênesis 3.15; 49.10; Deuteronômio 18.18; Isaías 4.2; 7.14; 9.6; Miquéias 5.2; Zacarias 6.12, quando deu a grande notícia a Natanael: **“Achamos Aquele de Quem Moisés escreveu na lei, e a Quem se referiram os profetas: Jesus, o Nazareno, filho de José”** (João 1.45).

Quando os Seus adversários Lhe negaram a Divindade, proclamou: **“E a Escritura não pode falhar”** (João 10.45). E ainda invectivando aqueles condutores de cegos que procuravam matá-lo: **“Examinais as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de Mim”** (João 5.39); **“não penseis que Eu vos acusarei perante o Pai; quem vos acusa é Moisés, em quem tendes firmado a vossa confiança. Porque, se de fato crêsseis em Moisés, também creríeis em Mim, porquanto ele escreveu a Meu**

respeito. Se, porém, não credes nos seus escritos, como crereis nas Minhas palavras?” (João 5.45-47).

De fato! Como crer em Jesus aquele que não crê na Bíblia como única Regra de Fé? Misturar tradições ou ensinamentos de homens – são a mesma coisa! – é anular a Escritura. É descrever delas. Quem assim procede jamais poderá prestar culto autêntico a Jesus Cristo porque, descendendo das Escrituras, concomitantemente descreve dEle.

Em Sua exposição escatológica volve-se a Daniel 9.26-27. “**Porque estes dias são de vingança, para se cumprir tudo o que está escrito**” (Lucas 21.22).

Ao encaminhar-Se, seguido pelos discípulos, a Jerusalém pela última vez, referindo-Se aos sofrimentos e à Sua morte, diz-lhes: “**Eis que subimos para Jerusalém e vai cumprir-se ali tudo quanto está escrito por intermédio dos profetas, no tocante ao Filho do homem**” (Lucas 18.31).

Na Sua entrada triunfal em Jerusalém, quis que se cumprisse Zacarias 9.9: “**Jesus, tendo conseguido um jumentinho, montou-o, segundo está escrito: Não temas, filha de Sião, eis que o teu Rei ai vem, montado em um filho de jumenta**” (João 12.14-15). Naquele instante, os discípulos não entenderam esta atitude, mas, quando “**Jesus foi glorificado, então se lembraram de que estas cousas estavam escritas a respeito dEle e também de que isso Lhe fizeram**” (João 12.16).

E quando já na capital judaica, no aguardo da execução das profecias (Salmo 21 e Isaías 53), recordando-se do Salmo 118.22 e de Daniel 2.34-35: “**Que quer dizer, pois, o que está escrito: A pedra que os construtores rejeitaram, esta veio a ser a principal pedra, angular? Todo o que cair sobre esta pedra ficará em pedaços; e aquele sobre quem ela cair ficará reduzido a pó**” (Lucas 20.17-18).

Sempre insistiu o Senhor que as Escrituras dEle falaram e que viera cumpri-las.

Na última ceia, voltando-se para o traidor: “**O Filho do homem vai, como está escrito a Seu respeito** [Isaías 53; Daniel 9.26], **mas ai daquele por intermédio de quem o Filho do homem está sendo traído!**” (Mateus 26.24). Nesse mesmo episódio previne os Seus discípulos: “**Esta noite, todos vós vos escandalizareis comigo; porque está escrito: Ferirei o pastor e as ovelhas do rebanho ficarão dispersas** [Zacarias 13.7]” (Mateus 26.31). E, ao encerrar-se o ágape, alude a Isaías 53.12: “**Pois vos digo que importa que se cumpra o que está escrito: Ele foi contado com os malfeitos. Porque o que a Mim se refere está sendo cumprido**” (Lucas 22.37).

Em Seus derradeiros esclarecimentos, evoca os Salmos 35.19 e 69.4: “**Isto, porém, é para que se cumpra a palavra escrita na sua lei: Odiaram-Me sem motivo**” (João 15.25).

Depois de Sua ressurreição, ao aparecer aos Seus discípulos, referindo-se a Isaías 50.6; 53.2; Salmos 22, disse-lhes: “**São estas as palavras que Eu vos falei, estando ainda convosco: Importava se cumprisse tudo o que de Mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então, lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras; e lhes disse: Assim está escrito que o Cristo havia de padecer e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia**” (Lucas 24.44-46).

Aos discípulos desapontados de Emaús perguntou: “**Porventura não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na Sua glória? E, começando por Moisés, discorrendo por todos os profetas** [Gênesis 3.15; 22.18; 26.4; 49.19; Números 21.9; Deuteronômio 18.15; Salmos 16.9-10; Jeremias 23.5; Ezequiel 34.23; Daniel 9.24; Miquéias 7.20; Malaquias 3.1, etc.], **expunha-lhes o que a Seu respeito constava em todas as Escrituras**” (Lucas 24.26-27).

Esse mesmo Jesus que tanto Se reporta às Escrituras e que invectiva os fariseus por seguirem tradições, manda escrever (Apocalipse 1.11, 19; 2.1, 8, 12, 18; 3.1, 7, 14)!

E poderíamos prosseguir enfileirando alusões de Jesus Cristo às Escrituras! Porém, não há mister!

Para Ele somente as Escrituras! A única vez que Se referiu à Tradição foi para repeli-la (Mateus 15.1-9).

.oo.

OS CRISTÃOS PRIMITIVOS E AS ESCRITURAS

Ascendido Jesus aos céus, congregaram-se em pequena comunidade no cenáculo os 120 cristãos, esperando o cumprimento da promessa do Espírito Santo. Em oração consultavam as Escrituras, quando surgiu o problema do preenchimento da vaga de Judas. Nesta circunstância, Pedro falou: “**Irmãos, convinha que se cumprisse a Escritura que o Espírito Santo proferiu anteriormente por boca de Davi [Salmo 41.9], acerca de Judas**” (Atos 1.16), “**porque está escrito no Livro dos Salmos**” (Atos 1.20), reportando-se ao Salmo 69.25. O

mesmo Pedro, no discurso do dia de Pentecostes, refere-se a Joel 2.28-32 e ao Salmo 16.8-11.

Afora o acatamento das Escrituras Vetero-Testamentárias, os primeiros cristãos recebiam e “**perseveravam na doutrina dos apóstolos**” (Atos 2.42), reconhecidos órgãos da Revelação Neotestamentária, como os profetas o foram na Velha Dispensação.

Após a cura dum paralítico na porta Formosa do Templo, falando ao povo perplexo à vista do portento, alude Pedro ainda outra vez às Escrituras Antigas, mencionando Deuteronômio 18.15, 16, 19, Gênesis 22.18 e “**todos os profetas a começar de Samuel**” (Atos 3.24). Perante o Sinédrio, falido tribunal religioso do país, lembrando o legítimo e único tribunal dos crentes, que é a Bíblia, refere-se ao Salmo 118.22, para enfatizar Jesus como a **pedra** e declarar que: “**Não há salvação em nenhum outro** [a não ser em Jesus]; **porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos**” (Atos 4.12).

Inspiravam-se aqueles cristãos em suas orações nas fontes cristalinas da Bíblia e, ao receberem Pedro e João libertos das cadeias sinedritas, levantaram a voz a Deus, referindo-se a Êxodo 20.11, Salmo 146.6, Salmo 2.1-2 (Atos 4.23-31).

Instituiu-se o diaconato para que os apóstolos pudessesem se dedicar de todo ao ministério da Palavra.

Dos sete diáconos sobrelevou-se Estêvão, o protomártir do Cristianismo, pelos seus conhecimentos das Santas Escrituras. “**Cheio de graça e poder**” (Atos 6.8), ungido com o Espírito Santo (Atos 6.10), ao sumo sacerdote, em síntese, referiu-se a todo o Velho Testamento, desde a Lei até os profetas, no seu maravilhoso sermão, momentos antes do seu sacrifício (Atos 7).

Uma grande perseguição veio sacudir a igreja em Jerusalém, “**e todos, exceto os apóstolos, foram dispersos... iam por toda a parte pregando a Palavra**” (Atos 8.1, 4).

“**Exceto os apóstolos**”... Porque o ministério de pregar a Palavra compete a todos os cristãos. O “**ide... fazei discípulos**” (Mateus 28.19) é tarefa de todos os que foram salvos por Cristo e sentem Sua presença consigo (Mateus 28.20).

Filipe era um simples diácono, não fazendo, portanto, parte da hierarquia, na conformidade da conceituação falsa do catolicismo, e “**descendo à cidade de Samaria, anunciava-lhes a Cristo**” (Atos 8.5). Explicando Isaías 53.7-8, anunciou Jesus ao eunuco de Candace (Atos 8.26-40).

Pregando outra vez Pedro, e desta feita a Cornélio, menciona Deuteronômio 10.17 por reconhecer a necessidade das Escrituras em suas mensagens.

Agitaram-se os discípulos na Assembleia de Jerusalém em face do problema criado pelos judaizantes. Pedro deu o seu relatório e Tiago, como presidente, após as intervenções de Paulo e Barnabé, reportando-se a Amós 9.11-12, Êxodo 34.15-17, Levítico 17.10-16; 18.6-23, ouvindo o parecer dos apóstolos, presbíteros e toda a igreja (Atos 15.22-23), propôs se escrevesse aos crentes antioquinos (Atos 15.20-23). Não poderia ter mandado uma informação verbal? Assim não pensou Tiago e nem julgaram de bom alvitre os apóstolos, os presbíteros e os irmãos (Atos 15.23). O recado oral, por mui fiéis que sejam os seus portadores, é sempre sujeito a obliterações. ***Scripta manent!*** (As Escrituras permanecem!). Alegraram-se os irmãos de Antioquia ao receberem a epístola e ouvindo a sua leitura (Atos 15.30-31). É muito importante esta observação: A escritura foi desde sempre o veículo transmissor da Revelação Divina.

Somente em Hebreus encontrei cerca de 140 referências aos livros dos dois Testamentos. Tiago, que aconselha: “**Acolhei com mansidão a palavra em vós implantada**” (Tiago 1.21), reporta-se por mais de duas dezenas de vezes a outros livros sacros.

Em sua Primeira Carta, João repete nove vezes que escreveu e ressalta: “**Não vos escrevi porque não saibais a verdade, antes, porque a sabeis...**” (2.21). É que, mesmo conhecendo a doutrina oralmente, os crentes precisavam ser confirmados na sua fé por meio das Escrituras. A tradição oral é falsa! Aliás, com idêntico propósito, Lucas escreveu as suas obras.

O catolicismo moderno se agarra com unhas e dentes à tábua carcomida da Tradição Oral, agora identificada no seu Magistério Eclesiástico. Diz que Jesus confiou aos apóstolos muitas de Suas doutrinas oralmente apenas e que por eles não foram consignadas nas Escrituras. Os apóstolos tiveram sucessores aos quais entregaram, também oralmente, aquelas doutrinas. Esta transmissão prosseguiu através dos séculos, formando uma corrente ininterrupta nos bispos católicos romanos. Os bispos atuais são sucessores dos apóstolos e sob a autoridade do papa formam a hierarquia eclesiástica, continuadora do colégio apostólico, com o ofício do Magistério Eclesiástico, e dotada, por isso, do carisma da verdade. Pretendendo então dar lastro bíblico à sua petulante proposição, invoca 2^a Timóteo 2.2: “**E o que de minha parte ouviste através de muitas testemunhas, isso mesmo transmite a homens fiéis e também idôneos para instruir a outros**”.

Sem atender ao contexto, como é o seu hábito, o catolicismo alega que Paulo, tendo em Timóteo, como bispo, o seu sucessor, confiou-lhe doutrina oralmente – uma verdadeira cabala! – atribuindo-lhe também o mister de transmitir esse depósito ao seu sucessor.

Há certos livros da Bíblia que, pelo seu tamanho diminuto, causam pasmo aos incrédulos, que os julgam sem valor e dispensável a sua presença. Dentre eles nos vem à lembrança a Segunda e a Terceira Cartas do apóstolo João.

João, que vira “**as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus**” (Apocalipse 6.9; 20.4), vem com essas suas duas cartas prestar um imenso serviço à pureza e genuinidade da Revelação Divina encerrada exclusivamente nas Escrituras. Arrasa, por meio delas, as pretensões cabalísticas da enfatuada hierarquia romanista. Principia assim a sua Segunda Carta: “**O presbítero à senhora eleita e aos seus filhos a quem eu amo na verdade...**” (v. 1). E faz, nos versos subsequentes, uma apologia do amor fraterno semelhante à de sua Primeira Epístola. E, no verso 12, diz: “**Ainda tinha muitas cousas que vos escrever; não quis fazê-lo com papel e tinta, pois espero ir ter convosco, e conversaremos de viva voz, para que a nossa alegria seja completa**” (vv. 13-14).

João não conferiu nenhuma cabala a pretenso sucessor episcopal algum. A destinatária da sua Segunda Epístola foi uma senhora e as mulheres não têm vez na hierarquia católica. E da Terceira, Gaio, que não ocupava cargo nenhum no ministério, mas era um simples cristão de Corinto, batizado por Paulo e reconhecido por sua magnânima hospitalidade aos irmãos na fé (Atos 19.29; Romanos 16.23; 1^a Coríntios 1.14).

Graças ao Senhor eterno da verdade por nos haver legado esses dois documentos nas Escrituras porque destroem, em seus alicerces, as pretensões orgulhosas dos soberbos hierarcas romanistas!

Ao próprio João, depois de lhe haver revelado tantas belezas do céu, ordena Jesus: “**Escreve, porque estas palavras são fiéis e verdadeiras**” (Apocalipse 21.15).

Devem ser escritas porque fiéis e verdadeiras as Suas palavras...

O apóstolo Pedro que, em seus discursos, se reportou sempre às Escrituras e jamais a qualquer tradição oral, também escreveu cartas.

Na Segunda, exorta os crentes para que se alertem contra os falsos doutores que, com palavras fingidas, intentam pervertê-los (2^a Pedro 2.1-3). Escreve-lhes a fim de que permaneçam firmes: “**Amados, esta é, agora, a segunda epístola que vos escrevo; em ambas, procuro despertar com lembranças a vossa mente esclarecida, para que vos recordeis das palavras que, anteriormente, foram ditas pelos santos profetas, bem como do mandamento do Senhor e Salvador, ensinado pelos vossos apóstolos**” (2^a Pedro 3.1-2). Se, de fato, a Tradição Oral se constituísse em veículo da Revelação Divina, Pedro teria perdido excepcional oportunidade de se referir a ela. Escreve para consignar as doutrinas e os mandamentos celestiais!

Nessa mesma carta, o apóstolo Pedro recrimina os ignorantes e instáveis que torcem e deturpam o sentido das Escrituras (2^a Pedro 3.16), como, por exemplo, fazem os teólogos católicos.

Ainda é Pedro que nos dá a regra áurea para a interpretação correta ou exegese perfeita das Escrituras, em que se deve atender ao conteúdo e à unidade de todo o conjunto das mesmas, com as seguintes palavras: “**Sabendo, primeiramente, isto: Que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação**” (2^a Pedro 1.20). Aliás, sem o auxílio do Espírito Santo, Aquele que inspirou as Escrituras, ninguém pode interpretá-las. O homem natural não poderá jamais compreender as coisas do Espírito de Deus (1^a Coríntios 2.14).

No cenário do Novo Testamento, outrossim, providencialmente, surge a figura inconteste de Paulo, cuja presença é uma contradição viva, eloquente, definitiva a todas as pretensões do catolicismo romano. É um pesadelo para a sua suposta sucessão apostólica e magistério cabalístico.

Ele é o Apóstolo por excelência. É o Apóstolo por antonomásia. E não pertenceu ao grupo dos Doze e muito menos recebeu o seu ministério por transmissão de qualquer um deles. Nenhum dos Doze correu a lhe impor as mãos! Nenhum foi sagrá-lo!

A forte consciência do seu apostolado está na existência da sua vocação. A experiência da sua conversão dá-lhe persuasão viva da missão de apóstolo que lhe foi determinada no próprio instante do seu encontro com Jesus no caminho de Damasco. Esta sua convicção, aliás, dá-lhe expressões desabridas nas discussões com aqueles que pretendiam considerá-lo um apóstolo de segunda categoria exatamente por não haver participado do grupo dos discípulos de Jesus enquanto viveu nesta terra e muito menos do círculo dos Doze.

Sai, por isso, a campo e, valente, escreveu aos gálatas: “**Paulo, apóstolo, não da parte de homens, nem por intermédio de homem algum, mas por Jesus Cristo e por Deus Pai, que O ressuscitou dentre os mortos**” (1.1), “**faço-vos, porém, saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo**” (1.11-12), “**não consultei carne e sangue, nem subi a Jerusalém para os que já eram apóstolos antes de mim**” (1.16-17). E Paulo ensinava o que havia recebido do Senhor (1^a Coríntios 11.23; 15.1, 3).

Sem haver dependido de qualquer transmissão cabalística de outrem ou de imposição sacramental das mãos de nenhum dos Doze, contudo, Paulo jamais se cansou de reportar-se às Escrituras Vetero-Testamentárias, como, por exemplo, em seu discurso em Antioquia da Pisídia (Atos 13.16-41) e na sua defesa no tribunal de Félix, quando diz:

“Eu sirvo ao Deus de nossos pais, acreditando em todas as cousas que estejam de acordo com a lei e nos escritos dos profetas” (Atos 24.14).

Em suas cartas são fartíssimas as referências às Escrituras Antigas. Em Romanos, depois de proclamar ser o Evangelho **“o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê”** (1.16), enfatiza que nele se revela a justiça de Deus, de fé em fé, como está escrito: **“O justo viverá por fé”** (Habacuque 2.4). Reportando-se a 2º Samuel 12.14, Isaías 52.5 e Êxodo 36.20, diz: **“Como está escrito, o nome de Deus é blasfemado entre os gentios por vossa causa [dos judeus]”** (Romanos 2.24). Para fazer a apologia da fé como instrumento de salvação, em Romanos 4, traz à memória dos leitores a figura de Abraão.

Para expor a inefável doutrina da salvação pela fé, Paulo, em Romanos, argumenta esplendidamente com as Escrituras. Aliás, todos os documentos paulinos estão pontilhados de alusões ao Velho Testamento. **“Pois tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança”** (Romanos 15.4); **“sabes as Sagradas Letras que podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus”** (2ª Timóteo 3.15-16).

Paulo tinha, outrossim, consciência de ser órgão da Revelação Divina. Aos cristãos tessalonicenses escreveu então: **“Porque estais inteirados de quantas instruções vos demos da parte do Senhor Jesus”** (1ª Tessalonicenses 4.2); **“dessarte, quem rejeita estas cousas não rejeita o homem e sim a Deus, que também vos dá o Seu Espírito Santo”** (1ª Tessalonicenses 4.8). Aos gálatas, incisivo, declara: **“Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo”** (Gálatas 1.11-12). Aos coríntios, enérgico, adverte: **“Se alguém se considera profeta ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo”** (1ª Coríntios 14.37); **“Deus no-lo revelou pelo Espírito”** (1ª Coríntios 2.10).

Cônscio deste seu múnus, o Apóstolo empreendeu escrever sem esmorecimentos. **“A mim, não me desgosta, e é segurança para vós outros que eu escreva”** (Filipenses 3.1). A mesma segurança que objetivavam Lucas e João, Paulo igualmente almejava!

No exercício de sua missão produziu um repositório magnífico de informes preciosos em abono decisivo da tese: **A ESCRITURA SOMENTE E NADA ALÉM DELA**, afora sua própria vocação ser um argumento vivo contra o embuste da sucessão apostólica preconizada pela dogmática romana.

Lucas escreveu os seus livros a fim de que produzissem certeza das cousas já conhecidas. João exarou em seu evangelho os sinais de Jesus Cristo para que, por seu conhecimento, viéssemos a aceitá-lo como Salvador; escreveu sua Primeira Carta consignando o que viu e ouviu; e o Apocalipse no cumprimento de ordens expressas de Cristo. Aos cristãos romanos, apesar de possuídos de bondade, “**cheios de todo o conhecimento**” (Romanos 15.14), Paulo escreve-lhes em parte mais ousadamente, para lhes trazer à memória e cumprir ele o ministério entre os gentios (Romanos 15.15-16). Cheios de todo o conhecimento e aptos para se admoestarem mutuamente, não lhes bastava a tradição oral. Bastaria a nós outros, de tempos tão remotos?

No círculo dos cooperadores do ministério de Paulo, destaca-se Timóteo, a quem o Apóstolo chama de “**meu filho amado e fiel no Senhor**” (1^a Coríntios 4.17) e “**verdadeiro filho na fé**” (1^a Timóteo 1.2), que o acompanhou em suas viagens pela Galácia, Trôade, Filipos, Tessalônica e Bereia.

Ao citar Bereia, lembramo-nos de seus nobres habitantes que “**receberam a palavra com toda a avidez, examinando as Escrituras todos os dias para ver se as cousas eram, de fato, assim**” (Atos 17.11).

Afora a sua preciosa companhia, a cooperação de Timóteo no ministério de Paulo foi mais profunda e mais delicada.

Durante o ministério de ambos em Éfeso, Paulo o enviou a Corinto (1^a Coríntios 4.7), cuja igreja enfrentava sérias dificuldades. Timóteo fora da parte de Paulo com a incumbência de lembrar aos crentes os seus caminhos em Cristo Jesus (1^a Coríntios 4.17). Bastaria evidentemente esta exortação verbal por meio de Timóteo se à tradição oral Paulo atribuisse confiança permanente. E, por isso, escreveu-lhes depois as duas cartas, em que lhes dizia: “**Não vos escrevo estas cousas para vos envergonhar; pelo contrário, para vos admoestar como a filhos amados**” (1^a Coríntios 4.14). E insiste: “**Já em carta vos escrevi**” (1^a Coríntios 5.9). E mais: “**Mas, agora, vos escrevo que não vos associeis com alguém que, dizendo-se irmão, for impuro**” (1^a Coríntios 5.11); “**reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo**” (1^a Coríntios 14.37).

Apesar da visita de Timóteo, além desta primeira carta, envia aos cristãos de Corinto uma segunda epístola. E nela faz a seguinte observação precisamente por não confiar na tradição oral, mas somente nas Escrituras: “**Porque nenhuma outra causa vos escrevemos, além das que ledes e bem compreendeis**” (2^a Coríntios 1.13); “**e isto escrevi para que, quando for, não tenha tristeza da parte daqueles que deveriam alegrar-me... porque, no meio de muitos sofrimentos e angústias de coração, vos escrevi**” (2^a Coríntios 2.3-4); “**e foi por**

isso também que vos escrevi, para ter prova de que, em tudo, sois obedientes” (2^a Coríntios 2.9).

Sim! O acatamento às Escrituras é a prova de fidelidade ao Senhor e o único processo de unidade da fé.

Paulo saiu heroicamente a campo na luta pela integridade do Evangelho e recomendava aos colossenses: “**Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo e não segundo Cristo”** (Colossenses 2.8). Essas recomendações são sempre atuais!

E advertia os tessalonicenses: “**Caso alguém não preste obediência à nossa palavra dada por epístola, notai-o; nem vos associeis com ele”** (2^a Tessalonicenses 3.14).

A Timóteo, que permanecera em Éfeso, encarecia que não se ensinassem outras doutrinas porque, alheias às Escrituras, são do demônio (1^a Timóteo 1.3; 4.1).

Os cristãos primitivos não compreendiam outro Evangelho e outra doutrina senão os exarados nas Escrituras, inclusive as Neotestamentárias.

Chegados, todavia, são os tempos em que muitos ecumeníacos não suportarão a sã doutrina, “**pelo contrário, cercar-se-ão de mestres segundo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos; e se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas”** (2^a Timóteo 4.3-4).

Nesta hora, em que muitos sentem coceira nos ouvidos, aceitemos o incitamento de Paulo no sentido de que se pregue a Palavra, a tempo e fora dele, com insistência, com destemor e com vibração (2^a Timóteo 4.2).

.oOo.

EPÍLOGO

Scriptura sola! Somente a Escritura!

A Bíblia toda e somente a Bíblia é a Revelação de Deus!

Em matéria religiosa, a Sagrada Escritura basta. É de seu próprio teor ser suficiente.

“**Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardéis os mandamentos do Senhor, vosso Deus, que eu vos mando”** (Deuteronomio 4.2). “**Nada lhe**

acrescentarás, nem diminuirás” (Deuteronômio 12.32), exortava Moisés.

Todo este estudo agora encerrado nos leva a esta irretorquível conclusão: unicamente a Bíblia é e contém a Palavra de Deus e Sua Revelação total para esta Dispensação.

E, como remate desta nossa jornada, tragamos a presença de Judas 3: **“Amados, quando empregava toda a diligênciā em escrever-vos acerca da nossa comum salvação, foi que me senti obrigado a corresponder-me convosco, exortando-vos a batalhardes, diligentemente, pela fé que uma vez por todas foi entregue ao santos”.**

Certos indivíduos, homens ímpios, que se introduziram com dissimulação para corromper a pureza da doutrina, moveram o servo de Deus a fazer esta admoestação incisiva.

Judas exorta a que batalhemos diligentemente. ***Epagonizomai***. O verbo empregado no original quer dizer “batalhar, lutar com denodo, com intrepidez, com intransigência”.

Em prol de quê este batalhar? **“Pela fé que uma vez por todas foi entregue aos santos”!**

Pelo corpo, pelo conjunto doutrinal que **“uma vez por todas”**, uma vez para sempre, definitivamente, **“foi entregue aos santos”**. A Revelação Divina, o conjunto doutrinário contido na Bíblia, não está sujeito a acréscimos ou a cortes. Não se submete a evoluções.

O **apax**, como neste passo escriturístico, está no original, acha-se também em Hebreus 10.2: **“tendo sido purificados uma vez por todas”**, em 1^a Pedro 3.18: **“Cristo morreu uma única vez”**, (uma vez por todas).

E Jerônimo, o responsável pela versão latina chamada a Vulgata, traduziu muito bem ao aplicar aqui o vocábulo **semel**, que significa exatamente “de uma vez por todas, de uma vez para sempre”. Assim o empregou, por exemplo, Virgílio (Em. XI, 418) e Horácio (Carm. Saec., 26): **“quod semel dictum est”** (o que foi dito de uma vez por todas).

Os crentes precisam terçar as armas da fidelidade e da intransigência neste pleito em defesa da Bíblia, o depósito inviolável da Revelação Divina.

“Eu [Jesus], a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro; e, se alguém tirar qualquer cousa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa e das cousas que se acham escritas neste livro” (Apocalipse 22.18-19).

Por que será que, com esta advertência, Deus encerra a Bíblia?

A conclusão é patentíssima!!! ***Scriptura sola!*** Nada além da Bíblia!

graça do Senhor Jesus, o Verbo, a Palavra Eterna de Deus feita carne para a nossa salvação, seja com todos os participantes da gloriosa e épica batalha em defesa da Bíblia. Amém!!!

.oOo.

